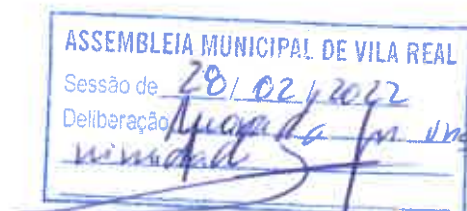




Assembleia Municipal de Vila Real



# ATA NÚMERO QUATRO

## SESSÃO ORDINÁRIA

### DE

## 27 DE DEZEMBRO 2021

----- No dia vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e um, no Grande Auditório do Teatro Municipal de Vila Real, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Real, sob a presidência do seu Presidente, João Manuel Ferreira Gaspar (PS), coadjuvado por Henrique de Matos Morgado (PS) e Maria de Fátima Gonçalves Mouriz Correia (PS), respetivamente Primeiro e Segunda Secretários. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro (PSD), Carla Alexandra Ribeiro de Carvalho Martins (PS), Joana da Costa Lopes Gonçalves Rapazote (CDS-PP), Rodrigo Silva Monteiro de Campos e Sá (PS), André Miguel Sequeira de Sousa Abraão (PS), Pedro Fernando Seixas Leite da Silva (PSD), Almerinda Maria Machado Coutinho (PS), José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo (PSD), Gilberto Paulo Peixoto Igrejas (PS), Nuno Ricardo Meireles Gomes Durão Lopes (PS), Alina Maria Azevedo Sousa Vaz (PSD), Fernando Manuel Silveira Lopes (PS), Hugo Miguel dos Santos Afonso (PSD), José Monteiro dos Santos (PS), Luís Daniel Perdigão Simões (Partido CHEGA), Olga Marina Peixoto Cardoso (PS), Ricardo Manuel Ferreira da Costa (CDS-PP), Octávio Martins Salgueiro (PS), Luís Filipe Borges Brigas (Presidente da Junta de Freguesia de Abaças - PS), Jorge Manuel do Souto Alves (Presidente da Freguesia de Andrães – PS), Ivo Miguel Fernandes Moreira (Presidente da Junta de Arroios -Mais e Melhor), Jorge Luís Jorge Maio (Presidente da Freguesia da Campeã- PS), Manuel Adolfo Salgueiro Libório (Presidente da Junta de Freguesia de Folhadela- PS), Paulo Alexandre Portela Correia (Presidente da junta de Freguesia de Guiães -PS), José Duarte de Carvalho Gomes (Presidente da Junta de Lordelo-Amar Lordelo), Félix Manuel Lourenço Salgado Touças (Presidente da Junta de Freguesia de Mondrões -PS), Paula Alexandra Gomes Gonçalves de Jesus Teixeira (PS), (Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Cunhos -PS), Sandra Maria Guedes Teixeira Marcelino (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Marim - PS), Carlos Alberto Pitrez dos Santos (Presidente da União de Freguesias Adoufe/Vilarinho da Samardã - PS), José Armando Ribeiro de Sousa (Presidente da União de Freguesias de Borbela/Lamas Olo - PS), Francisco José Moreiras Nogueira (Presidente da União de Freguesias Constantim/Vale de Nogueiras- PS), Hélder Albertino Carneiro Afonso (Presidente da União de Freguesias Mouçós/Lamares -PS), Paulo Jorge Teixeira Ferreira (Presidente da União de Freguesias Nogueira /Ermida -PS), Francisco Alcino Varandas Coutinho (Presidente da União de Freguesias S. Tomé do Castelo/Justes-Sentir), Maria Adília Barrias Clemente (Presidente da União de Freguesias de Pena/Quintã e Vila Cova - Sempre); Francisco José Ferreira da Rocha (Presidente da Freguesia de Vila Real- PS). -----

----- **Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais.** -----

---- Ana Daniela Lourenço Alves (PS), por Almerinda Maria Machado Coutinho (PS). -----

---- José Carlos Martins de Carvalho (PS), tesoureiro da Junta de Freguesia de Torgueda (este não este presente, devido a motivos pessoais) face a ausência justificada do Senhor Presidente José Maria Aires da Costa. -----

---- Carla Maria dos Santos Mourão (CDS-PP), por Ricardo Manuel Ferreira da Costa (CDS-PP). -----

----Alberto Lopes Gonçalves da Mota (Presidente da Junta de Freguesia de Mateus -PS), não esteve presente, não se fez representar. -----

---- **Faltas injustificadas:** Não houve. -----

----- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos. Pelos Senhores Vereadores do PS: Alexandre Manuel Mouta Favaio, Mara Lisa Minhava Domingues, Adriano António Pinto de Sousa, Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelos Senhores Vereadores do PSD: Luís Manuel Tão de Sousa Barros e Nataniel Mário Alves Araújo. -----

----- **Hora de abertura:** Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão ordinária. -----

### ORDEM DO DIA

**1º Ponto** - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

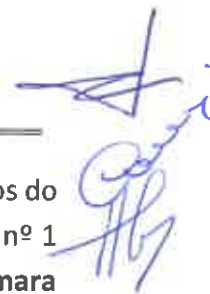
**2º Ponto** – Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2022, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de dezembro de 2021**).

**3º Ponto** – Aprovar a contração de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos junto do Banco BPI, S.A. até ao valor de € 15 500 000, para financiar o investimento “**Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais**”, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 6 de dezembro de 2021**).

**4º Ponto** - Aprovar a redução do Capital Social do Município de Vila Real na ADIN – Águas do Interior Norte, E.I.M., conforme proposta aprovada pela Assembleia Geral da empresa em 09/12/2021, nos termos da alínea n) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de dezembro de 2021**).

### ADITAMENTO - ORDEM DO DIA

**5º Ponto** – Aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Equipamentos (ARU-E) nos termos do nº 1 do artigo 13º do Decreto-lei nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto que o republica como anexo, conjugado com a alínea r) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 20 de dezembro de 2021**).



**6º Ponto** – Aprovar a designação do Fiscal Único da Vila Real Social, EM., SA, nos termos do nº 3 do artigo 26º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com a alínea n) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 20 de dezembro de 2021**).

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO GASPAR):-** No uso da palavra, disse: Senhoras e Senhores Deputados bem-vindos à nossa Assembleia Municipal. -----

---- Boa noite ao Executivo Camarário, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, bem-vindos. -----

---- Aos Senhores Vereadores: Nataniel Araújo, Luís Tão, permitam-me que vos trate assim, devido à nossa proximidade afetiva. Ao Alexandre Favaio, à Mara Minhava, ao Adriano Sousa, ao Carlos Silva. -----

---- À nossa Mesa aqui presente, à Fátima Mouriz e Henrique Morgado. -----

---- À distinta assistência que também se dignou a vir presencialmente assistir à evolução dos nossos trabalhos. Aos órgãos de comunicação social aqui presentes, também um abraço de boas-vindas. -----

---- A todo o staff do Teatro Municipal que permite a realização deste evento. -----

---- À UTAD-TV, que também nos dá a possibilidade de transmitir em direto todo o nosso desenvolvimento. -----

---- E, por fim ao povo que nos pode observar e pode também ajuizar através da mesma UTAD-TV. -----

---- Temos o quórum mais que necessário e mais do que suficiente para dar início a estes trabalhos, que desejamos todos, é o nosso objetivo comum, que decorram da melhor forma possível e para agrado todos. -----

---- Em primeiro lugar, tenho que vos pedir desculpa pela evolução da preparação deste evento, devido à COVID. -----

---- Nós todos sabemos, aqui todos somos emanados no mesmo sentimento que a Covid tem as “costas muito largas”. Mas acontece que, numa situação destas e no nosso “métier”, não pode haver o penso, não pode haver o julgo, não pode haver o talvez, não pode haver o se. Tem de haver o sim ou o não, tem de haver a certeza. -----

---- Por isso, e aqui aproveito para fazer um agradecimento muito sentido a todos aqueles que “colaboraram” paralelamente à preparação desta Assembleia, com o seu know-how, com o seu conhecimento e também com as suas opiniões para que tal fosse efetivado. --

---- Agradeço de uma forma muito clara às entidades de saúde, às entidades juristas que me e nos aconselharam para a realização deste evento. Não vou enumerar nomes, mas as pessoas sabem a quem eu estou a dirigir. Muito obrigado, sentidamente, de uma forma pública por tudo aquilo para que contribuíram. -----

---- Peço-vos desculpa por este incómodo, mas, depois da reunião do Conselho de Ministros, realizada a vinte e três de dezembro, um dos pontos que emanou foi que os eventos corporativos que se realizassem teriam de ter a realização de um prévio teste de Covid para poderem participar. -----

---- Contudo, foi-me colocada a questão e bem, se um indivíduo à porta do teatro se recusasse a fazer o devido teste, eu assumo que não teriam autoridade para proibir o ingresso dessa pessoa a esta Assembleia Municipal. É anticonstitucional. -----

---- Agora, aquilo que se pode exigir é o certificado digital da vacinação e aquilo que se pode exigir está a ser cumprido é o afastamento maior do que o habitual, devido ao vírus em causa de zero, vírgula dois metros de distância entre cada um, ou seja, aproximadamente. -----

---- Tudo é discutível, meus amigos, neste assunto, todos nós podemos dizer quase o que quisermos e todos nós podemos da mesma forma responder quase o que quisermos. São zero, vírgula dois metros, há quem diga que são zero, vírgula dezoito; zero, vírgula dezassete, zero, vírgula vinte e dois; é tudo discutível, e faz parte da nossa formação de cidadania aceitar tudo, realmente é tudo discutível. -----

---- Mas, nós também pensámos o seguinte: os elementos desta Assembleia, até penso que o fizeram, como prova de civismo, como prova de cidadania submeteram-se à realização do teste, apesar do certificado de vacinação. -----

---- É realmente uma prova destes dois atributos e, muito sinceramente, permitam-me que vos parabenize a todos, sem qualquer exceção, pela forma, como vocês o aceitaram e pela forma como vocês o realizaram, pois é uma forma de eu me “defender”, é uma forma de eu estar a “defender” os outros e ainda é uma forma de eu me estar a “defender” dos outros. Por isso, isto transversalmente é uma prova de um altruísmo muito grande. -----

---- E, se me permitem também o atrevimento, e, se me permitem também a ligeireza, é também uma boa forma para as pessoas puderem atestar o seu estado sanitário relativamente ao Covid, de uma forma gratuita. Perdoem-me a minha ligeireza, perdoem-me a minha sinceridade. -----

---- Posto isto, e nós estamos todos tranquilos nesta sala quanto a essa questão, eu também não poderia deixar de fazer um agradecimento em nome de toda Assembleia Municipal, ao ACES Douro Norte, que se disponibilizou para nos fornecer, de forma também graciosa, a presença de duas Enfermeiras, para fazerem a realização dos testes a quem o quisesse e a quem o tivesse que realizar. Muito obrigado ao ACES Douro Norte, muito obrigado a vós todos pela compreensão e aceitabilidade que tiveram, relativamente a este pronúncio. -----

---- Pedimos também, como é evidente, também nos “calçamos” sobre este assunto, houve pareceres tanto sanitários como jurídicos que nos permitiram fazer isto. Está ultrapassado, estamos bem, estamos de consciência tranquila, fizemos o que devíamos ter feito e isso é o que é mais importante. -----



---- E aquilo que aconteceu com a emanação pela Assembleia Municipal de um primeiro e-mail, seguido logo da retificação de outro e-mail vem precisamente ao encontro da justificação daquilo que acabamos de dizer. Ninguém, mas mesmo ninguém nos poderá acusar de negligência ou de facilitismo, relativamente a este assunto. -----

---- Mais uma vez, “os louros” são nossos. -----

---- Vamos entrar no período de antes da ordem do dia, pedindo à Segunda Secretária que nos dê a relação da mobilidade entre os Deputados, conforme já mencionado. -----

---- Vamos colocar as Atas anteriores à votação. -----

---- Começaremos pela Ata de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, a segunda reunião da instalação dos órgãos autárquicos a que todos tiveram acesso, tiveram oportunidade de ajuizar, vamos colocar à votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: - Aprovada por unanimidade** a Ata de 18 de outubro – 2ª reunião da Instalação dos Órgãos Autárquicos para o Mandato 2021/2025. -----

---- A Ata de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, sessão extraordinária. Depois do recebimento de sugestões/correções por parte dos intervenientes e posterior envio a todos os membros da Assembleia Municipal, colocamos à votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: - Aprovada por unanimidade** a Ata de 18 de outubro, sessão extraordinária. -----

---- De seguida a Segunda Secretária vai dar conta do expediente recebido e expedido da Assembleia Municipal, do período de setembro a dezembro de dois mil e vinte e um. ----

---- **A SEGUNDA SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (FÁTIMA MOURIZ)** agradeceu e disse:

**Expediente recebido de 14 Setembro a 27 de Dezembro/21**

- Da Câmara Municipal de Vila Real
- **Vários convites**
- Da Câmara Municipal da Senhora Vereadora da Ação Social e Igualdade (Semana da Igualdade) VI Seminário Igualdades/Desigualdades, para o dia 26 de novembro no Museu da Vila Velha.
- Para a Inauguração da Instalação “O Grande Pano: um quotidiano feito de linho” no dia 23 de Novembro, nos Paços do Concelho (Candidatura de Vila Real a Capital Europeia da Cultura 2027).
- Do Município e a Associação de Andebol de Vila Real para a Cerimónia de Homenagem Póstuma ao Dr. Lourenço Costa, no âmbito da qual será atribuída a uma Artéria da Cidade, o seu nome no dia 4 de dezembro, junto ao Pavilhão dos Desportos de Vila Real.
  - Vários convites do Grémio Literário e Biblioteca Municipal;
- Serviço de Difusão a pedido do Grémio
  - Outras entidades

. Do Comandante do Regimento de Infantaria n. 13 e o Presidente da Liga dos Combatentes para a Cerimónia do Dia de Finados no dia 3 de novembro no Cemitério de Santa Iria.

. Da Senhora Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real, para uma Conferência no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, no dia 25 de novembro.

. Filandorra – Teatro do Nordeste, para a estreia de “O BARRETE DE GUIZOS” no Teatro Ribeiro Conceição em Lamego no dia 29 de outubro.

. Da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real - Cruz Verde para participar na Bênção do Veículo de Apoio Logístico Especial (VALE =1, no dia 6 de novembro no Quartel – sede da Associação.

. Do Reitor da UTAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a convidar o Senhor Presidente para a Prova dos Novos - UTAD Alumni Wine Collection 2021 no dia 18 de novembro, a partir das 17.30h no Restaurante Panorâmico da UTAD.

. Da A2000 – Viver e Aprender – a dar conhecimento das várias iniciativas a trabalhos realizados com a Integração Social.

. Email da Senhora Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real para a Tomada de Posse dos Senhores Juizes Sociais no dia 27 de outubro no Palácio da Justiça de Vila Real.

. Do Grupo Desportivo e Cultural de Quintela para a inauguração das obras de requalificação da sede no dia 28 de novembro em Quintela (nos seus 40 anos de existência).

. Do Senhor Vereador Adriano Sousa para a apresentação do Livro “ A Missão das Cidades no combate às alterações climáticas: A governação Multinível para o êxito da Saúde Planetária” no dia 16 de dezembro no Auditório do Arquivo Distrital.

. Convite do CCD – Centro Cultural dos Trabalhadores do Município de Vila Real no dia 10 de dezembro/21, (missa e jantar convívio).

. Convite do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas do Município de Vila Real no dia 10 de dezembro/21. (almoço convívio), que posteriormente ficou suspenso, face à atual situação em que se encontra o País (COVID-19).

• Expediente recebido/enviado

. Do Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), solicitando informação sobre o ponto da situação da Adesão do Município de Vila Real e sugerir a Adesão do Município de Vila Real a esta Associação em próximas Sessões. Dar conhecimento da Síntese Jurídica e apanhado do valor das quotas, do Regulamento e Estatutos e ainda da relação dos Municípios existentes e dos que já se associaram à ANAM;

. A dar também um parecer sobre as várias dúvidas colocadas, acerca do direito a senhas de presença; conhecimento do III Congresso Nacional da ANAM, a ocorrer na Cidade da Covilhã no dia 19 de fevereiro e que será enviado a todos a documentação para inscrição para os participantes; dá também conhecimento de vários cursos de formação; dá





conhecimento dos vários manuais importantes para a valorização das Assembleias Municipais.

- . Da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, vários. – Convite e toda a documentação, inscrição etc, ao Congresso a realizar em Aveiro nos dias 11 e 12 de novembro.
- . Do Vereador do Pelouro da Educação e Ensino e do Pelouro da Cultura a enviar a informação depois do articulado na Reunião do Conselho Municipal de Educação, para conhecimento.
- . Da AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local, a informar do período de renovação da assinatura anual da Revista das Assembleias Municipais e Eleitos Locais para o ano de 2022.
- . Ainda da AEDREL a apresentar a edição do Livro intitulado “ O Mapa Municipal Português (1820-2020) - reforma de Passos Manuel; a dar conhecimento de Formações como: - “Autarquias Locais e Tribunal de Contas”.
- . De José Joaquim Moreira Rego, uma reclamação dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia, relativamente a um pedido de Alvará de Autorização de Utilização para uma habitação sita em Bardos – Ribaboa – Folhadela - Vila Real.
- . Da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a solicitar a designação/indicação de dois Cidadãos Eleitores para integrar a CPCJ, para substituição de Cidadãos Eleitores.
- . Do Colégio Moderno de S. José, Irmã Salomé Gonçalves-Diretora Pedagógica, a solicitar uma audiência ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.
- . Da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Norte, para um Fórum Autárquico da Região Norte, no dia 27 de outubro nos Claustros do Edifício do Antigo Governo Civil.
- . TranScripte – Serviços de Transcrição, a apresentar os serviços profissionais de transcrição.
- . De particulares solicitando autorização para consulta de atas antigas da Assembleia Municipal.
  - Relativo às atividades desenvolvidas sobre a preparação de Reuniões das Comissões Especializadas,
    - . Expedição de convites, ofícios e convocatórias para a Instalação dos Membros da Assembleia Municipal, Executivo Municipal e Presidentes das Juntas de Freguesias.
    - . Expedição de vários ofícios a dar conhecimento da constituição dos vários Conselhos Municipais, Comissões Especializadas, e outras, quer às instituições, quer aos elementos que as vão integrar.
    - . Representantes dos Grupos Parlamentares (houve 4 reuniões, outubro a dezembro)
    - . Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos; (houve 1 reunião em dezembro);
    - . Recebidas certidões da Câmara sobre os assuntos para as Sessões das Assembleias de outubro a dezembro;



- . Expedição de convocatórias, pedido de autorização do espaço, transmissão e gravação em direto pela UTADTV e tudo inerente à preparação da Sessões da Assembleia Municipal;
  - . Pedidos de vários Deputados Municipais, de documentos complementares às Ordens de Trabalho das Sessões;
  - . Da Senhora Deputada Joana Rapazote manifestando desagrado da maneira como as Sessões Extraordinárias são usadas (convocadas com assuntos que em princípio deveriam ser em Sessões Ordinárias);
  - . Pedidos de Substituições para as sessões de outubro a dezembro/21;
  - . Pedido de suspensão de mandato pelo período compreendido entre 11 de Outubro de 2021 e 10 de Janeiro de 2022 da Senhora Deputada eleita pelo Partido CHEGA, Helena Ferreira Fraga, assim substituída pelo Senhor Luís Daniel Perdigão Simões.
- Toda a correspondência fica sempre ao vosso dispor para consulta no gabinete de apoio à Assembleia Municipal, se assim o desejarem. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: deu entrada nesta Mesa da Assembleia Municipal um Voto de Louvor, proposto pela Senhora Deputada Joana Rapazote, do CDS-PP, com aceitação e com o acórdão de todas as bancadas desta Assembleia, CHEGA, PSD e PS. -----

---- Solicitava e pedia o favor à Senhora Deputada Joana Rapazote que lesse a comunicação sobre este Voto de Louvor. -----

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP):** - No uso da palavra, disse: Boa noite Senhor Presidente, boa noite Senhores Deputados, boa noite Membros do Executivo e auditório que nos acompanha no teatro e lá em casa, através da UTADTV, boa noite também a quem está em serviço aqui esta noite. -----

---- Desejo a todos umas festas felizes e votos que o próximo ano decorra com a melhor qualidade, com saúde e, um espírito positivo de partilha, que tanto é necessária para vencermos as batalhas que enfrentamos, nomeadamente a desta Pandemia. -----

---- Vou então, Senhor Presidente, passar à leitura do Voto de Louvor. -----

***“Voto de louvor Às pessoas que acreditaram e fizeram acontecer a primeira Ópera de génese transmontana “Mátria, aqui na terra” -----***

***«“Mátria, aqui na terra”, uma ópera, um sonho de muitos, começado há alguns anos, e inspirado por Eduarda Freitas. Uma quimera que perseguiram: “enquanto não alcances não descanses”. Nos dias 17, 18 e 19 de dezembro, deste ano, a primeira ópera criada em Trás-os-Montes tornou-se realidade e, em Vila Real, viu as luzes da ribalta e escutou os aplausos do público. Durante três dias, esta sala em que nos encontramos, meus caros, encheu-se para assistir a um espetáculo original, de elevado nível cultural, uma mistura de diferentes artes e talentos da nossa terra, um símbolo maior de identidade desta terra transmontana e duriense, cujo libreto tem por base a obra do Grande escritor Miguel Torga “Contos e Novos Contos da Montanha”. -----***

---- É de louvar o apoio a iniciativas originais e locais como esta, como muito bem o fizeram diversas instituições de âmbito local, regional e nacional. -----

---- Posto o que foi dito e considerando a capacidade e eficiente gestão, coordenação, envolvimento e dinâmica do elevado número de participantes; a qualidade de seleção de textos/excertos, respetiva adaptação, dramatização e interpretação; a complexidade da organização de um espetáculo desta natureza, sobretudo, numa época de pandemia; e, por último, o facto de ser o traço de identidade de uma região, a NOSSA, a Assembleia Municipal de Vila Real vem por este meio propor um voto de louvor e de reconhecimento a todos os intervenientes que tornaram possível a ópera “Mátria, aqui na Terra”, pela sua paixão, pelo seu empenho, eficiência e dedicação extraordinária na sua construção e posterior apresentação ao público. -----

---- Estamos certos da importância de ter uma estratégia sólida de produção e afirmação cultural assente em valores como a identidade, a qualidade e ambição e acreditamos que a Mátria, aqui na terra é um bom prenúncio para o futuro. -----  
Vila Real, 27 de dezembro de 2021. -----

O Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP de Vila Real» -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: parabéns a toda Assembleia por esta subscrição deste Voto de Louvor. Tomamos conhecimento. -----

---- De seguida, abrimos o período dedicado a assuntos gerais da autarquia e do concelho.

---- Este período, como sabem, tem a duração de uma hora e pode ser prolongado por mais meia hora, se assim a Assembleia o deliberar. -----

---- Sendo assim, é dada a palavra a todos os Deputados que queiram intervir. Estão abertas as inscrições para este período. Inscreveram-se os seguintes Deputados. Senhor Deputado Hugo Afonso faça o favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD):** - No uso da palavra, disse: Senhor Presidente da Mesa, restantes membros, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia Municipal, Senhores funcionários do Município, da UTADTV, jornalistas aqui presentes, um cumprimento especial para o público que assiste a esta sessão e desejos de continuação de boas festas para todos. -----

---- «O motivo pelo qual me senti obrigado a pedir a palavra neste ponto, senhor presidente, deve-se à necessidade de colocar algumas questões ao senhor presidente da câmara municipal, questões para as quais pedia que, dentro do possível, fossem respondidas. -----  
A efetiva e inaceitável falta de planeamento na gestão de algumas obras na nossa cidade tem provocado um martírio, em determinados períodos do dia, a todos os que circulam de automóvel obrigatoriamente pelas diversas artérias da nossa cidade. -----

O prejuízo individual de cada um, decorrente desta desorganização, é infelizmente suportado pelos vila-realenses que, em vez de andarem mais felizes como se lhes prometeu, andam mais stressados e mais nervosos, graças aos constantes e desgastantes congestionamentos e pontos de embraiagem a que estão sujeitos ao longo do dia... mas

aquilo que se sabe agora é que, para além do dano que cada cidadão (e porque não dizer as viaturas) já sofrem no dia a dia, surge entretanto uma situação que se pode vir a tornar lesiva também para os cofres da autarquia. Refiro-me à malfadada rotunda na Rua Miguel Torga, mais conhecida por “rotunda do pneu”. -----

Recordo e registo 4 factos e datas significativas: -----

1º - Em reunião de câmara do dia 5 de novembro de 2018, foi aprovado o projeto de requalificação da Avenida Carvalho Araújo e sua envolvente. -----

2º – Já este ano, em reunião de câmara do dia 8 de fevereiro de 2021 foi aprovado o projeto da rotunda da rua Miguel Torga e o procedimento de abertura de concurso para a realização da obra, como solução alternativa à eliminação da viragem à esquerda junto à boca de saída do parque de estacionamento, frente ao edifício do ex- Governo Civil. -----

3º – Em reunião de câmara do dia 14 de junho de 2021 (4 meses após abertura do concurso) foi deliberado adjudicar à empresa Anteros S.A. a construção da referida rotunda, pelo valor de 147.900 €. -----

4º – No dia 16 de setembro de 2021 (3 meses depois da adjudicação...), procedeu-se à “materialização provisória da rotunda, com o intuito de promover uma fase intermédia de teste à sua funcionalidade, antes da sua construção definitiva”. Um texto justificativo da autoria do executivo. -----

Permita-me assim senhor presidente colocar 4 questões ao senhor presidente da câmara:

**Primeira questão:** adjudica-se uma obra e 3 meses depois é que se vão fazer testes e experiências?! É este o procedimento que indicia uma boa gestão, coordenada e bem planeada? -----

Mais: em dezembro de 2021 chega-se à conclusão de que afinal a solução não aparenta melhorias na gestão do tráfego. Solução: rescindir contrato com o empreiteiro a quem estava adjudicada a obra. -----

**Segunda pergunta:** este princípio de que “...vamos rescindir o contrato de uma obra que afinal achamos que não vai servir para nada...” pode-se aplicar a outras obras que estão neste momento em fase de adjudicação e consignação, ou o senhor presidente pode garantir a esta assembleia que todos os contratos de empreitadas que estejam assinados são para cumprir, integralmente? -----

**Terceira questão:** quais as contrapartidas financeiras que o Município vai ter que assumir com o empreiteiro, a título indemnizatório, por via da rescisão do contrato? -----

**Quarta questão (última):** para quando se prevê a resolução em definitivo (projeto e obra) do constrangimento no fluxo rodoviário que se verifica nesta zona da cidade que, como é evidente, condiciona negativamente as respetivas zonas envolventes? -----

Julgo que neste caso não adianta dizer, como habitualmente, “só não erra quem não faz”. Há uma despesa extraordinária, um prejuízo, um dano para o Município, cuja responsabilidade deve ser apurada e sobretudo devem ser retiradas ilações de forma a evitar a repetição dos mesmos erros, em situações futuras». -----

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL ALINA VAZ (PSD):** - No uso da palavra, disse: Boa noite Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Gaspar, em nome da sua pessoa cumprimento todos os elementos do Executivo, o Senhor Presidente e todos os Senhores Vereadores, bem como todos os Deputados desta Assembleia Municipal hoje aqui presentes. -----

---- Um agradecimento especial a todos aqueles também, que estão em casa a ouvir-nos através da UTADTV, a todos os jornalistas aqui presentes. -----

--- *«O que nos traz aqui? A necessidade também de alguns esclarecimentos sem colocar em causa a iniciativa nem evidenciar se a bancada do PSD está contra ou a favor, pois começa a ser apanágio da autarquia colocar as questões que o PSD pretende ver como esclarecidas como observações negativas contra tudo o que esta faz ou se propõe a realizar. Não é esse o nosso papel. -----*

*Pretendemos esclarecimentos e estamos aqui para ajudar a essa transparência. -----*

*Logo, ficámos contentes e apoiamos que a louça preta de Bisalhães estivesse ao lado dos pauliteiros de Miranda do Douro (Bragança) e a filigrana de Gondomar (Porto) na representação do Norte de Portugal na Expo 2020 Dubai. -----*

*Sabemos que esta participação nos Emirados Árabes Unidos, resultou de uma iniciativa conjunta entre o Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP), o município de Vila Real e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) Portugal Global. -----*

*Que o principal objetivo foi promover a valorização do nosso território onde é criada e vendida a louça preta de Bisalhães, fomentando a visibilidade que é diferenciador dessa localidade e, portanto, do nosso concelho. -----*

*Sabe-se que em 17 de maio celebraram esta parceria com a participação de 50.000 euros que seriam distribuídas em atividades, meios técnicos, meios físicos, meios materiais e com a equipa... e até aqui tudo bem... -----*

*Contudo em 24 de novembro há um aditamento a este orçamento deliberando aprovar ações corretivas necessárias à modificação do plano de ação inicial. -----*

*As questões que a bancada do PSD coloca são: -----*

*Como pode o aditamento inflacionar o valor de comparticipação do município quase em 80% passando do valor 50.000 euros para o valor final de (oitenta e nove e duzentos mil euros) 89.200.00 euros? -----*

*Como consideramos que a transparência é importante...gostaríamos de ter acesso à descrição do valor das diversas ações realizadas. -----*

*Este valor contempla ajudas aos oleiros, Cesário Martins, Albano Carvalho, Querubim Rocha e Miguel Fontes, que no passado 29 de novembro, estiveram no museu da vila velha, no evento que teve como objetivo assinalar o 5º aniversário da Inscrição do Processo de Confeção da Louça Preta de Bisalhães na Lista do Património Cultural Imaterial? -----*

*Parece-nos um valor astronómico comparado com o pouco investimento que se fez no passado e no esquecimento que se teve em relação aos oleiros aqui mencionados e ainda, outros aqui por referir. Muito obrigada!» -----*

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL LUÍS DANIEL SIMÕES (Partido CHEGA):** - No uso da palavra, disse: Muito boa noite a todos aqui presentes e os que estão a assistir remotamente a esta Assembleia. -----

*«Estamos perante um grave problema nacional, que dizem chamar-se covid. -----  
Em 2019 houve 112 334 óbitos, segundo o INE, 11% de doenças respiratórias e mais de 25% tumores. -----*

*Em 2020 ano de plena pandemia e não havia vacina, era preciso suplicar por um teste, inclusive tive caso em que na escola havia casos de COVID positivo e não havia testes, houve casos positivos na turma, não houve testes. Hoje em dia com 85% da população vacinada, é obrigatório apresentar teste de COVID. -----*

*A vacina, o nosso milagre que nos ia salvar da doença, o prometido fim do COVID. Afinal não passa de um remendo para aligeirar os sintomas graves. E um ano depois, voltamos a ter os mesmos números de casos positivos que em 2020 com 85% da população vacinada. A culpa é nossa, será sempre nossa, nunca é de quem nos governa. Eles, doutores engenheiros e outros títulos mais não erram. Estão perante um caos em que não sabem de onde vem a propagação do vírus, ou então sabem e não nos querem dizer. -----*

*Transportes públicos sobrelotados não há contaminação, possivelmente porque o vírus não paga bilhete, bares e discotecas onde há o descuido total, haverá dúvidas. Mas uma assembleia com espaço arejado e a seguir todas as regras convenientes da saúde é certo que estamos perante um espaço de alto nível de propagação. -----*

*Um ministério que faz publicidade de natal a dizer, mantenham sempre as máscaras até à hora da refeição, já não há problema porque o vírus faz a sua pausa para a refeição já não havendo propagação. Ou como quem diz, faz relações sexuais sempre protegido, mas à centésima primeira já podes fazer desprotegido que nada te acontece. -----*

*A máscara, aquele utensílio que a ministra disse, cria uma falsa sensação de segurança, é a mesma que passados uns dias passa a obrigatória. -----*

*No entanto escondem a falta de confiança de um teste rápido COVID. Na qual usam expressões como a necessidade de elevadas cargas virais para a sua detecção, em que os sintomas podem aparecer durante uma semana de incubação. O que se traduz em, podes ter o vírus estar a propagar e teres um teste negativo. Ou seja, com a margem de erro do teste rápido há uma elevada probabilidade de dentro desta sala haver um teste com falso negativo. -----*

*Vejam o mercado paralelo que foi criado para a venda de testes negativos na qual há consumidores. Qual é a razão para a existência desse mercado ilegal, será de haver consumidores? A resposta está na obrigatoriedade do teste. -----*

*As pessoas estão cansadas e fartas de COVID e da falta de liberdade, da falta de informação coerente, a cada dia são regras diferentes. Já estamos perto do requisito mínimo para seres português é preciso ser descendente ou nasceres em Portugal mais um teste de COVID negativo. -----*

*Volto a frisar, estamos perante um ambiente de controlo sanitário elevado, no entanto, exigem e obrigam a um teste que não é decisivo. E quem não o tem é impedido de exercer*

*o seu direito constitucional. -----  
Com este manifesto, não estou a motivar ao descuido. Mas que haja mais informação coerente, que seja refletido entre as ações e o que é recomendado. A imprensa e a comunidade anda muito preocupada com uma possível ditadura à direita, no entanto, esquecem que ditadura não de direita, esquerda, cima, baixo, frente, trás ou centro, mas de ações que são exigidas por quem nos governa. Obrigado». -----*

**---- O PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOUÇÓS E LAMARES - HÉLDER AFONSO**

**(PS):** - No uso da palavra, disse: Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente de Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Dirigentes do Município de Vila Real, público em geral, os nossos concidadãos que assistem pela UTADTV, comunicação social aqui presentes e os trabalhadores do Município. -----

---- Minhas Senhoras e meus Senhores. -----

---- Quando todos pensavam que a Pandemia já tinha dado tréguas, ela afinal existe e o vírus também. Eis que chega uma nova fase de pandemia, uma nova fase de contágio e que a pandemia e que muitos pensam de forma diferente, ainda não acabou. -----

---- Mas continuamos unidos e se cada um fizer a sua parte, com certeza, que vamos conseguir vencer esta batalha porque como fez o nosso Carvalho Araújo, as batalhas são para vencer. -----

---- Durante estes dois últimos anos habituamo-nos e adaptamo-nos a viver com a pandemia, mas também nos habituamos a ver o Município de Vila Real e as Juntas de Freguesia num trabalho de colaboração, de cooperação à frente de um vírus invisível porque ele existe. -----

---- É justo reconhecer, nesta hora, exaltar um forte sentido de responsabilidade, de resiliência e de altruísmo, de solidariedade, de todos quantos sem exceção se entregaram a esta batalha. Todos os responsáveis da Câmara Municipal, as nossas Juntas de Freguesia, os nossos Presidentes de Junta, os seus colaboradores correram mesmos riscos para garantir o funcionamento de atividades essenciais e apoiar as nossas gentes e apoiar as nossas populações, porque afinal o vírus existe. -----

---- Não restam dúvidas de que, sem coragem e sem esforço destes trabalhadores, destes Presidentes de Junta e do Município de Vila Real, teria sido muito mais difícil e trágico enfrentar a pandemia. -----

---- Senhor Presidente de Câmara, um apelo: sei de antemão que irá continuar e que não vai baixar os braços e que vai continuar a colaborar com as Juntas de Freguesia e fazer frente a este nefasto vírus. Queremos continuar juntos, Câmara e Juntas de Freguesia, queremos proporcionar aos nossos cidadãos onde possam ser feito testes, podem dar positivo ou podem dar negativo; que possam continuar a levar os utentes à vacinação, foram muitos os que as Juntas de Freguesia transportaram, portanto, acho que aqui devemos esta homenagem, o Senhor Presidente já o fez no dia da Cidade, mas esta homenagem aos Presidentes de Junta, ao executivo que fez este trabalho diário de transportar dezenas, centenas de pessoas à vacinação e fornecer bens de primeira

necessidade quando as pessoas estavam em isolamento, estavam com o vírus, o vírus afinal existe. -----

---- Continuar a prestar auxílio imediato à nossa população e são muitos, poderíamos estar aqui a enumerar dezenas de bons serviços que o Município e Juntas de Freguesia prestaram. -----

---- Sim, pretendemos continuar sem medo, sem receio e com esperança de dias melhores e não precisamos dos profetas da desgraça, que só pretendem que tudo corra mal, para serem vistos e para serem os primeiros apontar o dedo e tirarem alguns dividendos. -----

---- Não precisamos de aprendizes de feiticeiro, que agora pensam ou julgam que afinal o vírus foi uma invenção, se calhar, até do Ministério da Saúde ou do António Costa, do Senhor Primeiro Ministro. -----

---- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, continuamos a dizer presente ao combate à pandemia, continuamos a dizer que podem contar connosco, continuamos, mesmo correndo riscos, a servir a nossa população e de um modo muito especial aqueles que mais precisam. -----

---- Senhor Presidente de Câmara, continuamos juntos neste combate por ajuda à população. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Não. Daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RUI SANTOS)** agradeceu e disse: Muito boa noite a todas e a todos. -----

---- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal na sua pessoa cumprimento a restante Mesa. -----

---- Senhoras e os Senhores Deputados Municipais. Senhora e Senhores Vereadores. -----

---- Cumprimento também os elementos do Conselho de Administração da Vila Real Social, aqui presente, o Senhor Presidente do Régia Douro Park e todos os trabalhadores do Municípios. Cumprimento também todos que assistem de forma presencial a esta Assembleia Municipal e também todos aqueles que nos acompanham através da UTADTV. -----

---- Cumprimento também os trabalhadores da UTADTV, que fazem o favor de transmitir e de fazer chegar esta Assembleia a casa dos Vila-realenses e aproveito esta introdução para, desde já, desejar a todos sem exceção, a todos os Vila-realenses um período de festas felizes, mas sobretudo um ano de dois mil e vinte e dois bom. Um Bom Ano de dois mil e vinte e dois, sobretudo com muita, muita saúde porque, como se sabe, sem saúde tudo o resto perde importância. -----

---- Portanto, neste início de intervenção gostava, sinceramente, de que estes votos fossem realizáveis no próximo ano. -----

---- Começo também por agradecer à Senhora Deputada Joana Rapazote o Voto de Louvor que aqui prestou ao “Mátria”. Foi um gosto colaborar nesse projeto, já lá vão seis anos. ---





---- Primeiro tivemos que nos impor aquando da distribuição de verbas, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Douro e foi importante esse trabalho e a colaboração da Comunidade Intermunicipal que cedeu aquilo que inicialmente não estava previsto para que o “Mátria” pudesse ser uma realidade. -----

---- Depois foi importante a Câmara Municipal de Vila Real ter disponibilizado financeiramente uma verba para que o “Mátria” pudesse ser uma realidade. -----

---- Foi também relevante a disponibilidade dos trabalhadores deste Teatro, que permitiram que em períodos diferentes aqui fossem realizados os ensaios para que o “Mátria” fosse o sucesso que foi, também as instalações sempre disponibilizadas para, em diferentes períodos, como disse, o “Mátria” já tem pelo menos seis anos e meio de trabalho e por questões que não vale a pena aqui explicar foi várias vezes adiado tenha sido um sucesso. -----

---- Portanto, na pessoa da Eduarda Freitas quero deixar também aqui o meu agradecimento a todos que participaram neste grupo e agradecer à Senhora Deputada Joana Rapazote, o facto, de ter refeito esse reconhecimento, onde, claro está, está implícito a participação da Câmara Municipal de Vila Real. Estou convencido que sem a colaboração da Câmara Municipal de Vila Real o “Mátria” não teria sido a realidade que foi e o sucesso que foi. -----

---- Vamos então às questões que aqui nos foram levantadas. -----

---- Senhor Deputado Hugo Afonso, eu vou pedir ao Senhor Vereador Adriano Sousa que depois me dê uma ajuda, para precisar todas as questões que aqui foi colocando. -----

---- Mas, para já permita-me que faça um registo. É com alguma ironia que verifico que durante meses nos acusavam de fazer obras para as eleições. Agora, depois das eleições terem passado, continuam, felizmente, a reconhecer que as obras não pararam. Portanto, as obras não eram para as eleições, as obras eram porque tinham que ser feitas e devem ser feitas e são úteis para os nossos concidadãos. São obras que estavam a ser feitas antes das eleições, estão a ser feitas agora e continuarão no futuro, no próximo ano dois mil e vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro porque também foi assim em dois mil e catorze, dois mil e quinze, dois mil e dezasseis, como todos os anos sem exceção este Município fez obras e, portanto, vamos continuar a fazê-las. -----

---- Claro está que tentamos minimizar, o mais possível, os transtornos que as obras causam. Mas há uma coisa que ainda não conseguimos fazer, é fazer obras no plano estratosférico, sem incomodar as pessoas, isso infelizmente não conseguimos fazer. E sobretudo não conseguimos fazer, dadas as circunstâncias que o País vive e que o Mundo vive e que o Senhor Deputado, até por força da sua condição profissional, sabe mais do que ninguém. Sabe que há dificuldade de mão-de-obra, sabe que há dificuldade de materiais, sabe que, infelizmente, a burocracia não permite que o Município possa programar o início e o fim das obras, basta que haja um procedimento que demora mais no Tribunal de Contas, que haja um recurso no Tribunal, que haja o empreiteiro que ganhou a obra, que esse empreiteiro apresente a caução mais tarde, inicie a obra mais tarde do que aquilo que

é previsto. Como sabe há um espaço de tempo para que o empreiteiro apresente a caução, para que inicie a obra depois de assinada a consignação. -----

---- A burocracia é tremenda, é terrível, as condições atmosféricas podem impedir que a obra se realize no prazo que estava pré-definido, portanto, há um conjunto enorme de variantes que podem condicionar e, com certeza, condicionam a boa realização de uma obra e, conseqüentemente, os transtornos que ela causa aos Vila-realenses. -----

---- Mas passou muito pouco tempo, Senhor Deputado, passaram só três meses e estou convencido, que o planeamento que tanto foi criticado durante as eleições, durante o período eleitoral foi julgado pelos Vila-realenses. E não é em três meses que os Vila-realenses mudaram de opinião relativamente àquilo que foi e é o trabalho desta autarquia. -----

---- Pode ter a certeza absoluta que isso ainda não aconteceu nem acontecerá, ao contrário daquilo que é a vossa vontade. -----

---- Dito isto, eu pedirei depois ao Senhor Vereador Adriano Sousa que em concreto responda sobre a Rotunda Miguel Torga. -----

---- A Senhora Deputada Alina Vaz, realmente eu fico perplexo, deve haver coisas que devem funcionar muito mal no partido que a Senhora Deputada aqui representa. -----

---- Esta ida ao Dubai, esta representação do Barro Negro no Dubai foi aprovada no anterior Executivo, não foi neste, foi no anterior. Deve ter ou devia ter perguntado aos Senhores Vereadores de então em que condições é que este plano foi aprovado na Câmara Municipal, com a Agência de Desenvolvimento do Turismo Porto e Norte e com a Câmara Municipal de Vila Real e as contingências, muitas, que implicavam a nossa participação. E logo desde o início foi dito que a nossa expectativa era ir até aos setenta e cinco, oitenta mil euros, mas que íamos avançar com um valor inferior, no sentido de tentar condicionar a Agência de Desenvolvimento do Turismo Porto e Norte na contratualização deste processo. E os Senhores Vereadores aprovaram por unanimidade. -----

---- E se os atuais Vereadores tinham dúvidas poderiam ter colocado essas questões, com certeza, lhas transmitiriam. Por isso é que existe a Câmara Municipal, o seu Órgão Executivo e existe a Assembleia Municipal. -----

---- Dito isto, nós teremos todo o gosto, depois, de lhe fazer chegar à Assembleia Municipal, o relatório da presença e do porquê de alguns ajustamentos do Barro Negro de Bisalhães, numa feira Mundial, com impacto Mundial, com impacto ímpar, com transmissão em órgãos da comunicação social nacionais, com reportagens de vários minutos que, se fossem pagas, custariam três ou quatro vezes aquilo que foi o investimento. -----

---- Enquanto não perceberem que a estratégia para o Barro Negro não é dar um subsídio ao oleiro A, B ou C, mas é sim projetar a louça preta de Bisalhães, torná-la atrativa, modernizar alguns conceitos, garantir que quem dela queira viver possa viver bem, enquanto não entenderem que é esse o caminho, a gente percebe porque é que nunca o candidataram a Património Imaterial da Humanidade e nunca conseguiram a vitória que nós conseguimos. -----

---- Relativamente ao Senhor Deputado Luís Daniel, com sinceridade, pareceu-me estranha a sua intervenção, entendo-a, é a sua perspectiva, não é minha, não concordo. -----



---- Senhor Deputado Hélder Afonso sublinho e agradeço todas as suas palavras. Agradeço a todos os profissionais de saúde, a todos os trabalhadores do Município, das Juntas de Freguesia, a todos os Presidentes de Junta de Freguesia, a todos os dirigentes do Ministério da Saúde, quer do ACES Douro Marão, quer do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, a todos os nossos parceiros, nomeadamente a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a todos os privados que connosco trabalharam ao longo deste período e continuam a trabalhar. Agradeço a todos o extraordinário trabalho que ao longo destes quase dois anos temos enfrentado contra um inimigo invisível. Não salvamos todas as vidas que desejávamos, mas com certeza que este trabalho permitiu salvar algumas. -----

---- E, portanto, agradeço penhoradamente a todos aqueles que deram o seu melhor para que muitas vidas, no nosso concelho, possam ter sido salvas, face a este inimigo invisível.

---- E lamento profundamente, porque tenho memória, quando, por exemplo, aconteceu a situação que aconteceu no Lar da Nossa Senhora das Dores, tenho bem memória daquilo que eram alguns comentários de índole, meramente partidária contra aquilo que ali estava a ser feito e contra o trabalho extraordinário de Bombeiros, do Exército, Agentes de Saúde, a Câmara Municipal, o CDOS, todos estávamos ali a fazer para encontrar boas soluções, para aqueles quase oitenta idosos e também os trabalhadores do Lar Nossa Senhora das Dores que estavam infetados, quando o conhecimento desta doença sobre o Covid era muito menor do que é hoje e que alguns imaginavam que o simples contacto com o vírus implicava imediatamente uma sentença de morte. E lembro-me bem a forma jocosa que alguns brincavam com o assunto nas redes sociais, só única e exclusivamente pensando na luta partidária. Se há coisa que não pode, não deve ser objeto de luta partidária é este combate ao Covid, é este trabalho que o Estado Português, Autarquias, Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, todos os que estão ligados à saúde, todos os agentes que têm algo a dizer ou fazer sobre isto fazem para combater este flagelo. -----

---- Senhor Vereador Adriano Sousa passava-lhe a palavra para responder algumas das questões levantadas pelo Senhor Deputado Hugo Afonso. Muito obrigado. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Cumprimento o Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

---- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Hugo Afonso, eu começaria, aliás o Senhor Presidente já referiu aqui uma questão que eu também gostaria de reforçar, tem a ver com a questão do planeamento das obras e que o Senhor Deputado, certamente, reconhecerá que nós estamos a passar por um período bastante difícil, e que eu apetece-me dizer que é mais fácil dizê-lo do que fazê-lo porque nunca foi tão difícil acompanhar obras, realizar obras, executar obras como nesta fase. E eu já levo uns anos largos disto e, portanto, lembra-me, de facto, que nunca me passou pela cabeça passar por uma situação destas. Em que, de facto, falta material, falta mão-de-obra, os empreiteiros não concorrem aos concursos, os concursos ficam desertos, há reorganização de preços, as obras sobem significativamente, portanto, são tudo situações que, de facto, nós estamos a viver hoje em dia e que nos levantam essas preocupações. -----

---- Portanto, não se trata de falta de planeamento, nem de desorganização, fala sim num contexto excecional que nós estamos a viver e que nos leva a um esforço suplementar para que, de facto, consigamos levar as obras a bom porto. -----

---- E é óbvio que as obras que nós estamos a fazer não vão ficar por aqui, nós vamos ainda fazer mais obras porque, de facto, uma das nossas missões é melhorar a vida dos cidadãos, melhorar a vida dos Vila-realenses. E há muita coisa por fazer, há muita obra por fazer e são essas obras que, de facto, os cidadãos estão a valorizar e tanto valorizaram, que no último ato eleitoral fizeram questão de nos mostrar que, de facto, estão a valorizar aquilo que nós estamos a fazer. -----

---- Relativamente à questão que o Senhor Deputado falou da rotunda, eu poderia ter uma explicação para isso, só que o Senhor Deputado já a deu. Ao ler, de facto, a proposta que foi à reunião de Câmara e que foi uma proposta que eu redigi e levei à reunião de Câmara, a explicação já está lá toda. -----

---- Portanto, eu sinceramente não consigo encontrar aqui mais alguma justificação a dar, se não aquela que está efetivamente na proposta. -----

---- E o Senhor Deputado questiona-se sobre o porquê dessa mudança. É óbvio que nós reconhecemos que, de facto, há algo que é necessário corrigir, nós não temos problemas nenhuns em tomar essa decisão. Aliás, salvo erro, até foi o grande Estadista Churchill que disse “aqueles que não mudam de ideias nunca mudam nada”. -----

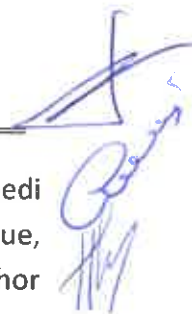
---- E, portanto, nós não temos problemas nenhuns se virmos, se, de facto, há um erro ou há uma má avaliação de uma determinada situação, não temos qualquer problema em o corrigir. -----

---- Portanto, essa situação para nós é perfeitamente natural e não temos qualquer problema em assumir essa mudança de atitudes. -----

---- Quanto à questão da indemnização que o Senhor Deputado falou, é óbvio que, como vem na proposta também, esta rescisão de contrato não levanta qualquer problema para a Câmara Municipal, nomeadamente em termos de indemnizações. Portanto, nesse aspeto estamos perfeitamente salvaguardados, já articulamos isso tudo com o empreiteiro e não há problemas em relação a isso. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Permita-me só, antes de terminar esta intervenção, deixar aqui um agradecimento. -----

---- Um agradecimento a todos os trabalhadores, a todos os dirigentes do Município que, apesar destes constrangimentos, apesar destes problemas, apesar de estarem a viver e que nunca viveram no passado, terem a resiliência, a força, a capacidade de continuar a insistir, a fiscalizar, a tratar, a encontrar soluções, as melhores soluções possíveis, para que muitas das nossas obras não parem, muito dos nossos processos não caiam, muitas das nossas ações continuem a ter o apoio de fundos comunitários para que a gente as possa levar avante. Muito obrigado. -----



---- O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD) agradeceu e disse: Eu pedi novamente a palavra para falar sobre este assunto que tinha levantado há pouco porque, de facto, nós acabamos por nos perder um bocadinho nas explicações que, quer o Senhor Presidente, quer o Senhor Vereador dão relativamente às questões que eu coloquei, que eu procurei que fossem bastante objetivas. E até pedi, até porque tudo isto tem uma vantagem até às vezes escrever, eu pedi, de facto, dentro do possível fosse dado respostas, só foi dado uma resposta às quatro questões que coloquei. Não sei se foi por falta de ter tomado conta delas, se não há resposta para elas. -----

---- Eu posso recordar que, de facto, eu tomei alguma nota e o Senhor Presidente não esteve na última Assembleia Municipal, mas eu também lançava-lhe um desafio, que nós não vamos poder estar sempre, durante estes quatro anos, a dizer que os Vila-realenses deram-nos, confiam em nós aquilo que estamos a fazer. Isso já está ajuizado, já foram as eleições, não podemos estar permanentemente a dizer o que estamos a fazer estamos a fazer bem porque, de facto, chegamos a estes casos e afinal não estamos a fazer bem e tanto não estamos a fazer bem que vamos voltar para trás no contrato de empreitada que está assinado. E eu perguntei muito claramente, é este o procedimento que indicia uma boa gestão coordenada e bem planeada? Há uma contradição. Eu não o interrompi, embora tivesse vontade de o fazer há bocadinho. Mas, há uma contradição naquilo que dizem. -----

---- O Senhor Vereador acabou por dizer assim: bom, estamos em crise, não há empresas, não há empreiteiro, mas depois assinamos contratos e rescindimos com eles. Há uma contradição, é verdade e eu não vou perder muito tempo em relação a isso. -----

---- Já percebi que não há respostas para dar, terão possibilidade noutra ocasião para dar, mas há aqui questões que ficaram no ar que não respondem. Essa é uma delas, se é um procedimento que vocês consideram de boa gestão, assinar contratos de empreitadas e a seguir, passados três meses, fazem experiências com a rotunda e afinal já não é preciso. –

---- E afinal não é um contrato de ajuste direto de vinte ou trinta mil euros, são cento e quarenta e sete ou cento e quarenta e nove mil euros. Vocês sabem a consequência que isso tem na programação de uma empresa? Falam aqui “faltam materiais, faltam mão-de-obra”, vocês sabem a programação numa empresa que tem uma expectativa de fazer uma obra por cento e cinquenta mil euros e, depois, porque a Câmara Municipal faz uma experiência, escusa de dizer que não. -----

---- Essa é uma primeira questão. -----

---- Segunda questão que perguntei há mais algum contrato? As empresas podem estar tranquilas que, de facto, os contratos são para cumprir com este Município? Não responderam, está acenar com a cabeça agora, não respondeu. -----

---- Quarta questão, quando se prevê, e essa é talvez a mais importante, é o que interessa às pessoas que nos estão a ver aqui e lá em casa, quando é que, me dizia há pouco, definitivamente vai ficar resolvido projeto e obra naquela zona envolvente à Avenida Carvalho Araújo, se quiser responder tem esse direito, se não quiser também o tem. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente da Câmara faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Muito rapidamente, sabe nós temos um pequenino problema é que estas questões, Senhor Deputado Hugo Afonso, não são ciência exata, dois mais dois nem sempre são quatro, e nós temos a humildade de perceber que em obra e estamos a falar de uma empreitada que implicava a requalificação da Avenida Carvalho Araújo, que em obra há coisas que é preciso ajustar e esta foi uma delas. E ajustamos e ajustamos bem, eu estou convencido disso. Tenho a certeza absoluta? Não tenho, acho que ninguém aqui tem, estou convencido que esta é a melhor solução, se tenho a certeza absoluta, eu não tenho certezas absolutas sobre nada e tenho muitas dúvidas e muitas desconfianças daqueles que têm certezas absolutas sobre tudo, eu em regra não tenho, gosto de ouvir, gosto de ver, gosto de acompanhar. -----

---- Sobre quebras de contrato, Senhor Deputado, nós já tivemos empresas que quebraram contrato com a Câmara e já tivemos casos em que a Câmara acertou, corrigiu, alterou contratos com empresas e sempre chegamos acordo. -----

---- Posso, aliás, dizer-lhe que o nível de conflitualidade em tribunal, nos últimos oito anos decresceu consideravelmente porque sempre tivemos a capacidade de entender as partes. E este caso é um bom exemplo. O que é que isto vai custar à Câmara? O Senhor Vereador já disse, zero, pode escrever, anotou? Pronto. -----

---- Contratos para o futuro? Quando se faz um contrato, à partida não é para o quebrar, todos, nenhum é para quebrar. Mas, se houver necessidade, quer da empresa, quer da autarquia, para isso é que agente se senta à mesa e conversa. -----

---- Já houve lotes, por exemplo, a requalificação da zona envolvente ao mercado, uma das fases foi alterada porque a empresa solicitou a quebra de contrato, porque dizia que com os preços que tinha concorrido não faria a obra. E nós, qual era a solução? ou encontrávamos um bom entendimento, ou íamos para tribunal e o que é que acontecia? Eles desventravam aquilo tudo e depois andávamos meses e meses arrastar a obra. -----

---- Portanto, o bom senso tem que prevalecer em quem gere esta coisa pública e, pode ter a certeza absoluta, não há ninguém, muitos podem querer que as obras corram bem, não há ninguém que queira mais que as obras corram bem do que nós próprios. Não fazemos de propósito para que elas corram mal. -----

---- Agora, nas obras, há a burocracia por um lado, há as empresas por outro e há a Câmara Municipal e há os cidadãos a quem temos que servir e é este equilíbrio que temos que ter sempre em cima da mesa e é isto que tentamos sempre encontrar. -----

---- Diz-me, tem a certeza absoluta que não haverá mais nenhum contrato a ser quebrado? Não tenho e quem lhe disser que tem, quer no Município de Vila Real ou em qualquer outro Município do País não está a ser correto. -----

---- Se tenho intenções de quebrar mais algum contrato? Não. -----

---- Se as empresas quiserem quebrar contratos, nós estaremos sempre na defesa dos interesses do Município, é essa a nossa obrigação. -----



---- E quando tivermos nós essa necessidade também estaremos na defesa do Município, foi esse o processo. -----

---- Relativamente ao prazo, se lesse a proposta até ao fim, que foi à Câmara Municipal e que o Senhor Vereador assinou, ela explicita bem. Diz que vai ser feito o projeto, certo? Senhor Vereador pode-me corrigir, vai ser feito o projeto, ele vai ser analisado, é levado à Câmara e será executado. É assim, não, não há prazo, sabe porquê? Não, não há prazo porque não vale apenas adiantar nenhum prazo e depois não depende de nós, o prazo não ser cumprido. -----

---- Muitos dos Senhores Presidentes de Junta sabem, estão aqui comigo e sabem. Quando me perguntam: Presidente garante-me que a obra x acaba no dia y? E eu não, não garanto porque se só dependesse de mim eu garantia, quando não depende de mim, depende da burocracia toda que está atrás de mim e, depois de consignar a obra depende de um terceiro, não posso garantir prazos e quem lhe garante prazos não está a ser correto, pode ter a certeza absoluta, quem lhe hoje garante prazos não está a ser verdadeiro porque não podem ser garantidos face às circunstâncias que vivemos hoje. -----

---- Há mais alguma questão que não tenha respondido, julgo que não. Muito obrigado. ---

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e encerrou o período de antes da ordem do dia. -----

---- Vamos entrar na Ordem do Dia e começaríamos com o,

#### **PRIMEIRO PONTO**

Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse:** Convidava o Senhor Presidente da Câmara a fazer a introdução deste ponto. Faça o favor Senhor Presidente. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Relativamente à informação compilada e entregue aos Senhores Deputados em função daquilo, que foi a atividade das diferentes áreas da Câmara Municipal é clara, transparente e concisa. -----

---- Se houver alguma questão que queiram colocar, que eu possa aqui responder ou não sabendo responder mais tarde, estou ao dispor da Assembleia Municipal. Muito obrigado.

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este primeiro ponto enunciado na Ordem do Dia. Quem quiser usar da palavra, relativamente ao primeiro ponto, faça o favor de se inscrever. Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL ALINA VAZ (PSD)** agradeceu e disse: Boa noite mais uma vez, *“Relativamente ao primeiro ponto, apreciação e informação escrita do Senhor Presidente*



da Câmara, pretendíamos um esclarecimento sobre o ponto número 12 da secção: divisão da educação desporto e juventude, mais precisamente sobre a CARTA EDUCATIVA, no qual referem **acompanhamento da elaboração da carta educativa de Vila real- 2 geração.** ----

---- Pesquisando o site do município, apenas se encontra a proposta da carta educativa, proposta que tem como data de produção 2018 e a sua última atualização abril de 2018. -

---- Supostamente, pelas datas que se encontram na capa porque fiz uma pequena pesquisa, encontro na capa desse documento e penso que foi a reunião de câmara e foi colocado a discussão pública em setembro de 2020. Corrijam-me se estou em erro. -----

---- Sabendo todos nós da importância deste documento, gostaríamos perceber qual o ponto da situação desta questão. E se está em atraso, a que se deve este atraso? Muito Obrigada. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: “Relativamente a este ponto, depois de percorridas as 134 páginas do documento, através do qual conseguimos ter uma noção daquela que foi a atividade dos diversos departamentos e serviços municipais, estranho que não tenha sido feita uma única referência à participação do município, no passado mês de outubro, na Expo Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, apesar do investimento financeiro feito e de toda a visibilidade que se quis dar à participação do Município, incluindo a visita do senhor presidente da câmara municipal, a chefiar uma comitiva significativa. -----

---- É feita na informação escrita, por exemplo, referencia à participação em feiras como “Xantar” em Ourense ou “INTUR” em Valladolid, na secção “Serviços de Animação e Turismo”, mas a Expo Dubai nem nesta secção nem noutra qualquer. Consegue o senhor presidente justificar o motivo para tal? -----

---- Esta omissão e talvez o pouco proveito que a mesma viagem tenha resultado, leva-me a outra questão que se prende com a rede diplomática ou diplomacia económica do Município, ou a falta dela. -----

---- Não vi aliás na informação escrita do senhor presidente qualquer referência a esta matéria. **Não é estranho não existir qualquer atividade digna de registo a este nível?** ---- Parece-me que sim. -----

---- Quando damos o exemplo de cidades próximas de nós, como Braga ou Viseu, as quais sim, têm estratégias claras de diplomacia económica, somos acusados de “...lá estão vocês a falar de Braga e de Viseu...” estou à espera disso. -----

---- Mas sim! Braga consegue levar os embaixadores de países estrangeiros, a visitar a cidade e a região. Viseu continua com um foco grande na indústria automóvel e os investimentos estrangeiros nessa área não aparecem por acaso. E já não é só no concelho de Viseu a beneficiar, mas os concelhos vizinhos: Mangualde, Vouzela ou Tondela. -----

---- E nós cá? Qual é a estratégia? Existe? -----

---- De 1983 a 2012, Vila Real assinou 6 acordos de geminação e 2 acordos de amizade com cidades portuguesas e de outros países europeus. A saber: -----

Acordos de geminação (6): -----

**Ourense (Espanha):**107.542 habitantes - Data de Geminação: 10 de junho de 1983 -----

**Grasse (França):** 52.185 habitantes - Data de Geminação: 30 de maio de 1985 -----

**Oeiras:** 172.063 habitantes - Data de Geminação: 7 de junho de 2000 -----

**Mende (França):**11.804 habitantes - Data de Geminação: 21 de agosto de 2004 -----

**Osnabrück (Alemanha):** 164.000 habitantes - Data de Geminação: 20 de julho de 2005 ----

**Espinho:** 31.786 habitantes - Data de Geminação: 16 de junho de 2012 -----

Protocolo de amizade (2): -----

**Portimão:** 55.614 habitantes - Data da Assinatura do Protocolo: 13 de junho de 1989 -----

**Benavente (Espanha):** 29.019 habitantes - Data da Assinatura do Protocolo: 13 de janeiro de 2005 -----

---- Perguntarão: Que vantagens existem em ser uma cidade geminada? -----

---- Resposta inscrita no site da internet do Município: “Uma cidade geminada é uma cidade aberta à diversidade, ao intercâmbio cultural, económico e social. É uma cidade internacional quando mais diversifica os seus parceiros pelos diversos continentes. Uma cidade geminada potencia atividades de desenvolvimento e de cooperação intermunicipal no espírito das convenções internacionais sobre a aproximação dos povos e das culturas.”-

Sr. Presidente! -----

---- Para além da questão que mencionei atrás “Se existe estratégia económica diplomática do Município”, deixo-lhe mais **2 perguntas**: -----

**1ª.** Não seria estrategicamente importante para o município o reforço, o fortalecimento das relações com estas cidades, potenciando esta relação antiga e ao mesmo tempo esquecida? -----

**2ª.** Não seria oportuno e interessante apoiar a tal “rede económica diplomática” que muitas vezes menciona, nestas cidades que representam na sua globalidade um universo de 624.013 habitantes, em 3 países europeus e a partir delas alargar a rede e a área de ação, influência, conhecimento e na captação de novos investimentos para o nosso concelho? Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém desejaria usar da palavra. Não. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder se assim o entender, faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Sobre as questões relacionadas com a Carta Educativa solicitarei ao Senhor Vereador Alexandre Favaio que possa responder. -----

---- Senhor Deputado Hugo Afonso, estratégia económica existe, olhe tanto existe que criamos mais de dois mil postos de trabalho, entre o ano de dois mil e treze e o ano de dois mil e vinte. Não são dados meus, são do Instituto de Emprego e Formação Profissional. ----  
. Existe o Régia Douro Park, estava esquecido, parado, era uma inexistência, hoje é uma realidade; -----

Existe, está em execução o alargamento da zona empresarial; -----

. Existe, já estão contratualizados com cerca de trezentas e cinquenta a quatrocentas pessoas, a compra de terrenos e está contratualizado o empréstimo que permitirá o lançamento do concurso, para a nova zona empresarial; -----

. Existe, essa nova zona empresarial já tem fundos comunitários aprovados; -----

. Existe, a atual zona empresarial teve uma candidatura aprovada, saiu à cinco, seis dias, de seis, ponto cinco milhões de euros para a sua modernização e não é para a modernização do espaço, é para a modernização das suas empresas. Terão painéis fotovoltaicos, terão tecnologia cinco G, terão rede de carregadores de hidrogénio, terão rede de carregadores de **postos elétricos**; -----

. Existe, quando, por exemplo, a Câmara Municipal estabeleceu relações com a Continental, trazendo cá, por exemplo, o Senhor Catering, a quem atribuímos a Medalha de Ouro e passou de cento e cinquenta para seiscentos postos de trabalho; -----

. Existe, porque agora continuamos através do Regia Douro Park, através da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em conjunto a garantir, por exemplo, que o Centro de Excelência da Vinha e do Vinho esteja a trabalhar no Régia Douro Park; -----

. Existe, quando outros Centros de Excelência continuam a progredir e a serem criados, quer na UTAD quer no Régia Douro Park; -----

---- Como Sabe, este pelouro, esta área foi sempre em articulação com o Régia, exatamente porque eu mantenho essa articulação com o Régia é que não vem aqui plasmada. -----

---- Sobre as geminações, disse uma palavra interessantíssima “intercâmbio”. Há dois anos que intercâmbio podemos fazer? É capaz de me dizer um? Com princípio, meio e fim? Planeado? Com resultados práticos? -----

---- E, já agora, antes de dois mil e treze fizeram tantas geminações, tantos acordos de parceria, que resultados vieram para Vila Real? Posso-lhe dizer quais foram, zero, porque muito mais relevante do que tratar uma geminação com Oeiras ou com Espinho é tratar com as empresas de Oeiras ou de Espinho que possam vir para Vila Real, isso é que é relevante, isso é que é estratégia económica, isso é que é rede, isso é que é parcerias. -----

---- Vocês tiveram as vossas com o resultado que nós conhecemos, nós temos as nossas e os Vila-realenses acabaram de as julgar e não foi no século passado, foi há três meses. Muito obrigado passava a palavra ao Senhor Vereador Alexandre Favaios. -----

----- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ALEXANDRE FAVAIOS)** agradeceu e disse: Muito boa noite a todos, começaria por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentar a Mesa, Cumprimentar também o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, uma saudação também àqueles que estão aqui enquanto Deputados Municipais e também aqueles que assistem no Teatro Municipal à Assembleia Municipal e os que nos veem lá em casa através da UTADTV, aos órgãos de comunicação social presentes. -----

----- E, de uma forma mais ou menos simples, permitam-me que responda à Senhora Deputada Alina Sousa Vaz, uma das grandes preocupações do anterior Executivo, do qual

eu fazia parte no papel de assessor, é que este documento efetivamente fosse o reflexo de algo que era a participação de todos. -----

---- Aliás, poucos documentos certamente neste contexto foram tão discutidos, tão analisados e podia dar alguns exemplos: Conselho Municipal de Educação, Comissão Especializada de Educação da Assembleia Municipal, foram auscultados os Senhores Presidentes de Junta, foram auscultados os Deputados Municipais, foram auscultados as Associações de Pais, foram auscultadas as Direções das Escolas. -----

---- Isto para quê, Senhora Deputada? Para evitar e certamente, depois de a Carta estar concluída e aprovada, certamente poderíamos novamente começar e já encontraria nova necessidade de a reformular, mas para não termos algo, e já foi aquilo com que nos deparamos em dois mil e treze, efetivamente, entramos no Executivo e tínhamos uma Carta aprovada, em vigor, mas cuja taxa de execução era baixíssima. Ou seja, completamente desenquadrada com aquilo que era o território, construindo-se escolas onde não existiam crianças e não se contruir escolas onde elas estavam necessitadas, sabe-se lá bem por que motivo, que neste momento gostaria de não explicitar. -----

---- Entrando agora concretamente naquilo que foi a sua questão, como disse e bem, em dois mil e vinte a Carta Educativa esteve em discussão pública, depois terminada a discussão pública ela foi levada ao Executivo Municipal e é levada ao Conselho Municipal de Educação. E onde também reclamação feita desde há muito tempo a esta parte pelo Conservatório Regional de Música de Vila Real algo que, efetivamente, todos nós nos orgulhamos estar aqui em Vila Real, nos fez uma solicitação para introdução de um aspeto específico relativamente ao ensino artístico da música. -----

---- Após a consulta, porque era algo que nós tínhamos que perceber de forma clara se faria sentido, dado que estamos a falar do ensino articulado, se aqueles dados que estavam a ser propostos, faziam ou não já parte integrante dos números que nos serviços centrais estavam indicados para as diferentes escolas ou se podíamos autonomizar efetivamente aquela secção. E foi-nos dito que sim e, portanto, foi introduzida essa mesma componente. ---- Posteriormente a isso, levámo-la aprovação, à deliberação, um dos dois pareceres obrigatórios do Conselho Municipal de Educação. O documento final, ele foi aprovado, não tenho a data exata, mas foi aprovado. -----

---- Posteriormente a isso, foi enviado para a Direção dos Serviços da Região Norte para aprovação, que era o segundo parecer obrigatório e este vinculativo também para a sua aprovação do referido documento. -----

---- E foi-nos dito, nessa altura, que o Estado Central tinha tomado uma decisão de deixar efetivamente de ser feito este processo de consulta apenas a esta entidade, mas sim, fazermos o carregamento de dados numa plataforma recentemente criada no âmbito do IGE (Instituto de Gestão e Educação). -----

---- E, portanto, aquilo que nós fizemos foi num documento que já estava construído à altura, reformatá-lo e colocá-lo no IGE. O IGE aquilo que tem feito durante o ano de dois mil e vinte e um, com as dificuldades que todos nós sabemos, inerentes ao funcionamento

dos próximos serviços, tem sido feito um pedido de pequenos ajustamentos, em termos de designações, em termos das próprias escolas, que ainda agora foram mudadas. -----

---- Aliás, existe uma portaria que todos os anos altera a designação das escolas e, por isso mesmo estamos nessa fase. O último dado que foi solicitado foi alterar a designação a Escola Secundária de S. Pedro, para colocar precisamente da forma como ela é hoje e não no momento em que foi determinada a elaboração do documento estava em vigor. -----

---- Portanto, fazer esse ajustamento desse documento. Acreditamos piamente que no arranque do ano civil tenhamos o último parecer. Estamos certos que o parecer será positivo, até pela troca de informações com esse Instituto de Gestão. -----

---- Posteriormente a isso, aquilo que será feito, de forma totalmente normal, será novamente levar ao Executivo que depois, o trará a esta Assembleia Municipal para pronúncia final e depois publicitação em Diário da República. -----

---- Ou seja, não me custa afirmar que, no primeiro trimestre, teremos uma Carta Educativa ajustada a esse processo, volto a dizer, amplamente discutido e que certamente traduzirá aquilo que, na realidade, no terreno, hoje são as intervenções que é necessário serem feitas em Vila Real nas mais diversas áreas da Educação. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Porque não gosto de deixar perguntas sem responder, houve uma a que eu não respondi. O Senhor Deputado Hugo Afonso perguntou relativamente à Expo Dubai. -----

---- A Expo Dubai é o maior evento realizado após pandemia, dizia-se após pandemia antes da quarta vaga. -----

---- Como sabe, participaram, a Agência de Desenvolvimento de Portugal o Turismo Porto e Norte e a Câmara Municipal de Vila Real, algumas das ações estão ainda a decorrer, estamos à espera do relatório final para o depois o publicitar. -----

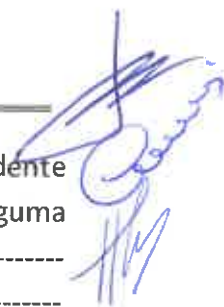
---- É exatamente essa a razão por que ainda não veio aí plasmado, porque queremos de forma transparente, clara, inequívoca, explicitar essa questão. -----

---- Voltando à diplomacia económica, eu lembrava-lhe, por exemplo, que a Capital da Cultura do Eixo Atlântico não veio para Vila Real por acaso porque se lembraram de Vila Real e acho que isso é diplomacia económica. Por exemplo, a condição de sermos Capital ou propor-nos a sermos Capital da Cultura em dois mil e vinte e sete, com o apoio da Comunidade Intermunicipal do Douro também não foi por acaso, porque há diplomacia económica porque isso também é economia, a cultura também é economia. -----

---- O facto das relações com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro serem aquilo que sempre deveriam ter sido, de cumplicidade, de parceria, de interajuda não acontecia antes de dois mil e treze, também a diplomacia economia, olhe a nível local. -----

---- Podia-lhe dar os dados e terei todo o gosto em lhos dar do Régia Douro Park do número de empresas que foram instaladas no Régia ou o número de empregos lá criados, etc., tudo isto é diplomacia económica. -----

---- Tenho a certeza absoluta, que geminações com Oeiras, Espinho ou Mende, dessas pouco ou nada resultou. Muito obrigado. -----



----- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Senhor Presidente eu peço desculpa, mas vou ser muito rápido. Só para que não fique aqui no “ar” alguma dúvida. -----

---- Se calhar o problema deve ser meu, eu a que percebo pouco disto, se calhar. -----

---- Nós não estamos de alguma forma a impor que se utilize essa diplomacia, é uma sugestão que nós estamos a dar, a questão da utilização das cidades com as quais o Município, não foi vocês. -----

---- De facto, eu lamento que o Senhor Presidente não tenha aceite a minha sugestão na minha primeira intervenção, que foi falarmos do futuro e não estarmos permanentemente, ou estar o Senhor Presidente virado para nós, “vocês”, “porque vocês”, vocês nada, em dois mil e doze nem sequer cá estava aqui neste sitio. -----

---- Portanto, não deve estar permanentemente e com esta postura, até porque em dois mil e doze, estaria não sei, se consultar estaria o Senhor Presidente noutra função, como Vereador ou como Membro da Assembleia, onde se calhar votou essas geminações e na altura concordou com elas. -----

---- Portanto, tem toda a legitimidade de dizer: “não, isso não funciona, não me serve, não sou a favor disso”. Agora, eu acho, que não deve estar permanentemente com esta questão, com esta ironia. Não é com a geminações com Oeiras, se calhar até dava jeito com Oeiras para haver uma proximidade maior como haveria com Espinho, como haveria Osnabruck e outras. -----

---- Portanto, era um bocadinho isso e também deixar aqui um registo. Há pouco também usou a palavra “ironia”, também parece um bocado irónico dizer que na informação escrita, onde vem a agenda desde setembro até novembro dizer que não vem referência nenhuma à Expo Dubai e a justificação foi dizer “ela ainda não terminou e no fim vamos fazer um balanço”, está bem, isso pode fazer outra coisa, chegar aqui com a informação, vamos fazer o balanço da expo da nossa apresentação, agora omitir neste documento, que é um documento oficial, que não está, não é feita visita nenhuma, não é feita nenhuma iniciativa na Expo Dubai, volto a dizer, se calhar o problema é meu, eu é que estou a aprender, mas que é estranho para mim é. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Hugo Afonso, sabe, nós ganhamos as eleições há três meses, eu tenho que aplicar o programa que foi sufragado pelos Vila-realenses e isso é absolutamente claro. -----

---- Sobre a Expo Dubai, como lhe digo, isto já vem do Executivo anterior, esta participação foi aprovada em reunião do Executivo por unanimidade pelos Senhores Vereadores de então do PSD. -----

---- O que estamos à espera é do saldo da participação portuguesa porque ainda estão peças em exposição do Barro Negro no nosso pavilhão. Ainda estão peças que foram entregues em alguns restaurantes, nomeadamente, eu peço desculpa por não me lembrar do nome do hotel de sete estrelas que existe no Dubai, que foram lá colocadas peças de Barro Negro, nalguns restaurantes que estão a servir e vamos ver que impacto que elas

têm, quantas encomendas é que vão surgir, se vão surgir, como é que vão surgir, estamos à espera, por exemplo, do impacto em termos de media que teve essa participação. -----

---- Diz-me assim: está bem, podia ter vindo aqui um parágrafo a dizer: participaram na expo, pronto está bem, podia, pronto é um lapso, não nos ocorreu ou não ocorreu aos serviços. É assim tão relevante, essa questão, para merecer este tempo todo de discussão? Eu imagino que nesta Assembleia Municipal, nós queremos obviamente que a Assembleia Municipal fiscalize o Executivo, que nos traga sugestões, algumas válidas estruturadas. ----

---- Agora dizer: diplomacia económica é que tem? Eu tenho que responder qual é, não sugeri, faça diplomacia com Espinho, não ouvi dizer isso. Tem estas geminações todas e o que me perguntou, foi qual é o resultado dessas geminações? E eu digo-lhe, olhe, para nós, isso não é estratégico porque eu prefiro, isso estava no nosso programa, fazer isso diretamente com os agentes económicos porque hoje, pode ter a certeza absoluta de uma coisa, se Espinho puder ter lá uma empresa não vai fazer com que essa empresa venha para Vila Real; se Oeiras puder ter lá uma empresa não a vai ceder porque somos simpáticos a Vila Real. -----

---- A rede de geminações pode servir para muita coisa, para diplomacia económica não serve com certeza. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e ao Senhor Deputado Rodrigo Sá, faça o favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS):** - No uso da palavra, disse: Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa e os demais elementos da Mesa, Senhor Presidente do Executivo, toda e todos os Vereadores, todas e todos os Deputados Municipais e todos aqueles que assistem a esta Assembleia Municipal quer em casa quer presencialmente. -----

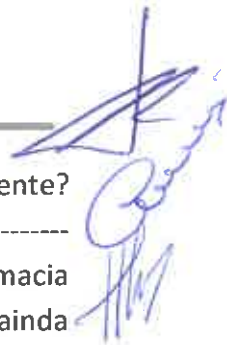
---- Eu estava a portar-me tão bem, eu estava ali sentado e resisti a ventos e marés, resisti até vir aqui contrariar o Senhor Deputado do CHEGA, depois de ouvir uma intervenção, que acho que nos envergonha a todos enquanto Deputados Municipais e Membros desta Assembleia Municipal. -----

---- Mas enfim, é a sua opinião. Em democracia é mesmo assim, temos que ouvir a opinião de todos. -----

---- Mas há coisas que eu não posso ouvir dizer sem subir a este palanque. E é ouvir dizer em relação a esta viagem do Dubai que foi omitida. Onde é que esta viagem ao Dubai, de representação do Barro Preto de Bisalhães foi omitida? Porque apareceu na televisão, apareceu em publicações internacionais, foi discutida na Assembleia Municipal com o anterior Executivo, com o atual Executivo e o Senhor Deputado Hugo Afonso não encontrou uma frase em cento e trinta páginas que dissesse a palavra Dubai e, portanto foi omitida.

---- E, portanto, o Executivo escondeu-a, apesar de a ter discutido aqui, apesar de ter discutido na Câmara Municipal, apesar de a ter discutido na televisão, nos jornais, nas





rádios, omitiu Senhor Presidente. Onde está a frase na informação do senhor Presidente? Indesculpável, Senhor Presidente. -----

---- E depois, voltando ao assunto que levou o PSD vir aqui, a questão da diplomacia económica. Senhor Presidente, eu penso e pedi esse esclarecimento, eu penso,, que ainda não está assinado um acordo com a geminação com Coimbra e, no entanto, a “Critical Software” vai ter quase cem Engenheiros, trabalho altamente qualificado, uma das maiores empresas de Software do mundo, que trabalha com clientes como a “ÁNADE”, a “Critical Software” veio para Vila Real e Vossa Excelência esqueceu-se de fazer geminação com Coimbra, indesculpável. -----

---- E a geminação com Tóquio Senhor Presidente? É que a “Fusion” vai instalar-se no Régia Douro Park, onde é que está a geminação com Tóquio Senhor Presidente? -----

---- Onde é que está a geminação do Japão Senhor Presidente? -----

---- E depois a maior de todas as diplomacias, Senhor Presidente, quero aproveitar esta Assembleia Municipal para lhe dar os parabéns, pela sua eleição como Vice-presidente da Associação Nacional de Municípios. -----

---- Talvez Vossa Excelência tenha promovido alguma diplomacia, quero acreditar para ter tão honroso cargo na maior Associação Nacional de Municípios deste País, que não me recorde de alguma vez ter sido ocupada por nenhum autarca Vila-realense, mas posso ser eu que me estou a esquecer. -----

---- Portanto, Senhor Presidente, parece-me, de facto, a sua informação está muito omissa, a sua informação e já agora ação. -----

---- Por fim, antes de descer, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, queria dizer uma coisa diretamente ao Senhor Deputado Hugo Afonso, “é um erro político ou melhor é um erro político grave não compreender e não respeitar os resultados das últimas eleições. ---

---- Foi há pouco mais de seis meses que esta Assembleia tomou posse, ainda é muito cedo para a oposição querer esquecer a vontade democraticamente manifestada dos cidadãos de Vila Real. Honrar e cumprir os desígnios do vinte e cinco de Abril é respeitar a decisão suprema dos eleitores, por muito que algumas pessoas não tenham gostado dos resultados da últimas eleições autárquicas e admitamos que haverá algumas, uma das lições da revolução de Abril é que devemos tirar as devidas conclusões da vontade popular”. -----

---- Eu peço desculpa de ter usado estas palavras que não são minhas, estas palavras foram referidas no dia vinte e oito de abril de dois mil e dez, pelo seu Presidente da Comissão Política do PSD, agora Vereador desta Câmara Municipal, Nataniel Araújo. -----

---- E, aparentemente, seis meses depois da tomada de posse, como nós só tomamos posse há três meses, ainda vamos bem a tempo de o lembrar que há que respeitar a decisão dos Vila-realenses e respeitar o mandato atribuído a todos os elementos desta Assembleia Municipal e deste Executivo Municipal. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Dado que não há mais ninguém que deseja usar da palavra, Senhor Presidente também não quer usar da palavra, a deliberação é. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----

**Apuramento dos Votos:** 39 presenças de 41 membros efetivos

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Neste segundo ponto da Ordem de Trabalhos, podem ser lidos os relatórios da Comissões Especializadas se existirem. -----

---- Começamos por falar da Conferência de Representantes que se reuniu em vinte de dezembro e nesta reunião, de uma forma sintética, foi tratada a observância dos pontos incluídos na Ordem do Dia e também discutimos sobre o funcionamento da mesma Conferência de Representantes, o seu modus operandi, reuniões, detalhes de informação a ser partilhada e a distribuição, tanto da sua documentação, como a sua calendarização. -

---- Este ponto foi também discutido sob proposta da Senhora Deputada Joana Rapazote e que toda a Conferência de Representantes analisou e discutiu. -----

---- Depois temos a Comissão de Finanças que reuniu no dia vinte e dois de dezembro, convidava o Senhor Coordenador desta Comissão para ler o respetivo relatório. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL E COORDENADOR DA COMISSÃO ESPECIALIZADA DE FINANÇAS -RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Indo ao encontro da solicitação do Senhor Presidente de não ser apresentado o Relatório ou a Ata das Comissões, de uma forma geral, da Comissão de Finanças em particular, foi feito uma pequena súmula daquilo que foi atividade da Comissão de Finanças, que eu passarei a ler, depois de já ter validado com o líder do PSD, do CHEGA, do CDS que apesar de tudo não ter estado presente, portanto, não poderá confirmar aquilo que vai ser dito, leu também este documento. -----

---- Este documento foi enviado pela relatora da Comissão, que não está cá hoje e, portanto, lerei eu este documento. -----

---- “Fazem parte da Comissão Especializada os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

. Rodrigo Sá pelo PS; Ana Alves pelo PS; Hugo Afonso pelo PSD; Luís Daniel Simões pelo Partido CHEGA; Carla Mourão pelo CDS-PP; José Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo) foi indicado pelo PS e Francisco Nogueira (Presidente da Junta de Freguesia Constantim/Vale de Nogueiras) também indicado pelo PS. -----

---- Esteve ainda presente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João Manuel Ferreira Gaspar e o Senhor Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro Eduardo Luís Varela Rodrigues. -----

---- Nesta primeira reunião foi sugerido, pelo Deputado Rodrigo Sá, que a Comissão fosse **coordenada** por si e que a relatora fosse a Deputada Ana Daniela Alves, colocada a mesma proposta à consideração dos presentes estes foram unânimes em aceitá-la. -----

---- Os Deputados Hugo Afonso, Carla Mourão e Daniel Simões referiram o pouco tempo para estudar os documentos, visto serem extensos e herméticos, o Coordenador Rodrigo Sá explicou que a situação se deveu ao período eleitoral autárquico e que encetará todos os esforços para que as próximas convocatórias sejam feitas atempadamente. -----



---- Seguidamente, foi dada a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro Eduardo Varela Rodrigues, que fez uma resenha do ponto **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 e Plano Orçamental**, nomeadamente quais as fontes de receita assim como as despesas da Autarquia. Referiu ainda, que este Orçamento garante o equilíbrio orçamental.

---- O Senhor Deputado Daniel Simões questionou sobre a melhor maneira de poder analisar o orçamento e pediu esclarecimento sobre duas rubricas do mesmo, tendo o DAF Eduardo Varela esclarecido as dúvidas e referido que é essencial ler a legislação de Financiamento das Autarquias Locais para melhor entender o documento. -----

---- De seguida o Diretor Administrativo e Financeiro Eduardo Varela debruçou-se sobre o ponto **Relatório de Análise de Propostas do Empréstimo Bancário – “Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais”** tendo referido que este decorre do aprovado na Sessão de Assembleia Municipal anterior, que autorizou o recurso a contratação de empréstimo bancário; dos presentes ninguém colocou questões sobre o assunto em epígrafe. -----

---- No seguimento abordou o ponto **ADIN - Ajuste às Participações Sociais dos Municípios Acionistas** esclarecendo que este ajuste irá ao encontro do que foi concertado entre os vários municípios acionistas aquando do início do processo de constituição da ADIN, ou seja procedendo à amortização de ações com redução do capital, ficando o Município de Vila Real com a participação de 47,75%, os presentes ficaram esclarecidos e nada mais solicitaram. -----

--- Finalmente, o Diretor Administrativo e Financeiro esclareceu sobre o processo de adjudicação do procedimento de consulta prévia referente à seleção do **Fiscal Único da Empresa Municipal Vila Real Social, EM, SA**, referindo que o valor se refere a um período de três anos, sendo a entidade C&R Ribas Pacheco, SROC a melhor proposta. -----

---- Nenhum dos presentes quis usar da palavra, nem solicitar mais nenhum esclarecimento.

---- Assim deu-se por conclusa a primeira reunião da Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos”. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Assim sendo, passaremos à discussão do,

#### **SEGUNDO PONTO**

Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2022, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 16 de dezembro de 2021).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal.

---- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/12/2021, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

----- **ASSUNTO: - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 e Plano Orçamental Plurianual**

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente do seguinte teor:

“Considerando que os documentos previsionais de gestão para 2022 foram elaborados de acordo com as regras previstas no ponto 3.3. do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, artigo 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) e ponto 11 da NCP (Norma de Contabilidade Pública) 26 do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas), aprovado pelo DL nº 192/2015, de 11 de setembro, constituídos por:

- Documento com as linhas de orientação estratégica do município;
- Grandes Opções do Plano (GOP's) que incluem o PPI-Plano Plurianual de Investimentos e o PAM- Plano de Atividades Municipal;
- Orçamento e Plano Orçamental Plurianual que apresenta a previsão de todas as receitas e despesas da Autarquia.

Considerando que a elaboração do Orçamento assentou na identificação rigorosa das despesas obrigatórias resultantes, nomeadamente, de encargos com pessoal, encargos financeiros, compromissos com terceiros decorrentes de contratos em curso e protocolos estabelecidos, na aplicação dos critérios previsionais da receita previstos na lei, no critério de consignação de receitas no que se impõe à afetação dos respetivos recursos aos projetos e ações participadas por Fundos Comunitários ou Contratos-Programa, cumprindo-se o princípio do equilíbrio financeiro.

Considerando que a MEDIDATA, empresa responsável pelo software da contabilidade e gestão orçamental, informou que pelo facto de ainda não estar publicado o diploma que definirá as regras específicas para a elaboração das demonstrações financeiras previsionais: Balanço Previsional, Demonstração de Resultados Previsionais e Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsionais, as mesmas não são apresentadas.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de janeiro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e proposta de Orçamento.

**Propõe-se:**

Que nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 4, do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado ainda com o n.º 1 do artigo 45.º e artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da



Assembleia Municipal os documentos previsionais de gestão para o ano de 2022, a seguir discriminados, que instruem a presente proposta e desta são parte integrante como:

1. Documento de orientação estratégica do Município;
2. Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano das Atividades Municipais (PAM);
3. Orçamento para 2022 e Plano Orçamental Plurianual (2023-2026), com os anexos: Mapa dos Empréstimos; Mapa das Transferências para as Freguesias; Normas de Execução Orçamental; Mapa de Responsabilidades Contingentes; Mapa das Entidades Participadas pelo Município.
4. Mapa de Pessoal e Plano de Formação Profissional;
5. Instrumentos de Gestão Previsional das Empresas Municipais:
  - Vila Real Social – Habitação, E.M., S.A.”
  - Associação para o Desenvolvimento da Régia Douro Park.-----

----- DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2022, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----  
Os Vereadores do PSD abstiveram-se.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 17 de dezembro de 2021».-----

**ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse:** Convidava o Senhor Presidente da Câmara para usar da palavra na introdução do segundo ponto da ordem de trabalhos. Faça o favor a palavra é sua. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, -----  
“As Grandes Opções do Plano (GOPs) e a proposta de Orçamento são elaboradas pela Câmara Municipal e submetidas à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na lei. -----

---- Mais uma vez, o Município procurou construir um documento claro e completo, que inclui os contributos das várias unidades orgânicas da autarquia, de acordo com as políticas municipais definidas. -----

---- Para além disso, é continuado o caminho de aprofundamento da transparência do orçamento, uma prioridade do Executivo Municipal, estabelecendo para cada projeto do PAM (Plano de Atividades Municipais) e do PPI (Plano Plurianual Investimento) a subdivisão do valor total nas várias classificações económicas, de acordo com o a legislação de Contabilidade das Autarquias Locais. -----

---- Deste modo, não só é possível saber quanto é que a Câmara Municipal pretende alocar a cada projeto, como também entender as várias partes que constituem esse todo. -----

---- Para além de todas as unidades orgânicas da autarquia, a construção dos documentos previsionais para 2022 teve em atenção as verbas para as Juntas de Freguesia, de forma a incluir no orçamento municipal algumas das suas pretensões para o próximo ano. -----

---- É já uma marca do atual Executivo Municipal ser mantida uma estreita e profícua relação com as Juntas de Freguesia, que representam o órgão de poder local mais próximo das populações. -----

---- O ano de 2021, prestes a terminar, ficou marcado por eleições autárquicas em Portugal.

---- Mais uma vez os Vila-realenses, chamados a exercer o seu direito de escolher o governo local, decidiram democraticamente escolher, de forma vincada, o projeto apresentado pela equipa que tenho a honra de liderar. -----

---- Para além disso, decidiram também afirmar inequivocamente o seu apoio à lista apresentada pelo Partido Socialista a esta Assembleia Municipal e às listas apresentadas ou apoiadas por este partido a TODAS as 20 Juntas de Freguesia. -----

---- Essa escolha, através do voto, deverá ser lida por dois prismas: por um lado, a validação do trabalho e projetos desenvolvidos ao longo dos últimos 8 anos. Por outro lado, a opção, amplamente maioritária, pelos compromissos e projetos que assumimos e propusemos em sede de campanha eleitoral. -----

---- Portanto, ao longo dos próximos 4 anos, a oposição terá o direito democrático de avaliar o trabalho que desenvolvermos e o nível de cumprimento dos nossos compromissos, mas deverá ter sempre em consideração que, se hoje governamos localmente, tal se deve aos Vila-realenses e às suas escolhas democráticas. -----

---- Como sempre, estivemos disponíveis para ouvir a oposição, analisar as suas propostas alternativas e, quando estas não conflitaram com a vontade expressa da população e com a necessidade de preservar a boa gestão municipal, incluí-las nas nossas propostas. -----

---- Este ano, assinalamos a receção de propostas vindas dos partidos Chega e Bloco de Esquerda, que em grande parte correspondiam a ações previstas, mas que analisamos cuidadosamente. -----

---- Assim, as grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022, representam o primeiro passo deste novo mandato. -----

---- Os mais de 350 projetos, distribuídos pelo Plano de Atividades Municipal e pelo Plano Plurianual de Investimentos, correspondem à execução das nossas propostas, que os Vila-realenses escolheram. Destaco, de forma sintética, que estes documentos previsionais assinalam, nomeadamente, o arranque de um conjunto de projetos relevantes para o futuro do nosso concelho, a saber: -----

- A Concessão do Transporte Regular e Flexível de Vila Real, -----
- A Concessão de Estacionamento Público da Cidade de Vila Real, -----
- O Sistema de Informação Cadastral Simplificado, que vai facilitar aos proprietários o mapeamento dos prédios rústicos e mistos, -----
- A Recolha Seletiva dos Bio-Resíduos, -----





- O Novo Complexo de Piscinas do Codessais, -----
- A Nova Zona Empresarial, -----
- A Construção do Edifício do Comando Distrital da PSP, -----
- A Requalificação do Pavilhão Diogo Cão, o Plano da Estratégia Local de Habitação, entre muitos outros. -----
- Mas, para além destes novos projetos, 2022 verá ainda a conclusão de um conjunto de outros, tais como o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, -----
- O Centro de Proteção Civil no Aeródromo de Vila Real, -----
- A 1ª fase da Central do Biel ou as pavimentações no Mundo Rural. -----
- Pela sua importância, gostaria ainda de sublinhar que incluímos o Projeto da requalificação das instalações da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, o Liceu, que tentaremos articular com o governo, no sentido de levarmos a cabo uma operação semelhante à da Escola de São Pedro. -----
- Sobre o Orçamento Municipal, assinala-se uma subida do seu valor global em 500 mil euros, em relação ao do ano que agora termina. Esse valor, no entanto, é um valor indicativo e que deverá sofrer profundas alterações ao longo de 2022. -----
- As razões são várias: -----
- Em primeiro lugar, e tal como acontece desde 2014, o Município de Vila Real terminará o ano sem dívidas e fornecedores e com um saldo positivo, que terá que transitar para o orçamento de 2022, obrigando a uma revisão do seu valor. -----
- Permitam-me que me detenha um momento nesta questão. A nossa oposição simula, por vezes, que este saldo positivo significa um excesso de receitas que permitiria, por exemplo, baixar as receitas fiscais municipais. Nas palavras da oposição, “sobra dinheiro”.
- Estas afirmações apenas se podem dever a má-fé ou ignorância. De facto, as verbas transitadas correspondem, basicamente, aos projetos plurianuais que não são terminados num determinado ano fiscal, mas que estão previstas no orçamento por imposição legal. -
- Ou seja, se o Município baixasse as receitas com base nesse argumento, simplesmente não poderia cumprir os seus compromissos e deveria dinheiro aos seus fornecedores, prejudicando gravemente a economia. -----
- A boa gestão desta equipa permite que o Município tenha uma saúde financeira exemplar, que esteja no TOP 10 nacional do pagamento a fornecedores e que cumpra escrupulosamente as suas obrigações, pagando, nomeadamente, a dívida que recebeu dos executivos anteriores. -----
- O pilar do rigor e das boas contas será sempre reforçado por nós. -----
- A segunda razão importante que obrigará a uma revisão orçamental é a assunção de competências, por parte da autarquia, nas áreas da saúde e ação social. -----
- Como é sabido, em 2022 terminará o processo de delegação de competências do Estado Central nas Autarquias. Terminará eu não direi isso, terminará esta fase porque outras competências virão com certeza. E Vila Real receberá as duas últimas, nas áreas referidas.
- A par da receção das competências, o Estado Central remeterá às autarquias um envelope financeiro, que suporte os encargos decorrentes dessa operação. -----



---- No caso da ação social, existe já uma noção aproximada desse valor, mas no caso da saúde, tal ainda não acontece. -----

- A terceira razão para a revisão em alta do orçamento será a aprovação de candidaturas a fundos comunitários, quer no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, quer dos restantes Programas Comunitários. Prevê-se que o próximo ano abram várias oportunidades importantes para as Autarquias, e para a nossa em particular, que, como é hábito, não desperdiçaremos. -----

- A quarta razão prende-se com a necessidade de vir a incluir o valor do empréstimo para as novas piscinas de Codessais, que será discutido e desejavelmente aprovado, nesta Assembleia Municipal. Tratando-se de uma obra plurianual, será necessário avaliar qual a parte do valor total que terá que ser incorporada no próximo orçamento. -----

- A quinta e última razão é, naturalmente, o facto deste orçamento municipal ser elaborado sem estar aprovado o Orçamento do Estado. Do Orçamento do Estado constam, entre muitas outras, as verbas a transferir para as autarquias. -----

---- Dada o chumbo do orçamento nacional, apenas o próximo governo, que emanará das eleições de 30 de janeiro, terá a faculdade de produzir um novo orçamento e, conseqüentemente, será possível às autarquias conhecerem exatamente o valor que lhes será transferido. -----

---- Apesar destas contingências e limitações, tal como é habitual, o Orçamento Municipal cumpre o princípio do equilíbrio orçamental, com uma margem de quase 6 milhões de euros. -----

---- Refiram-se ainda alguns indicadores relevantes: -----

- Na estrutura da receita, os empréstimos bancários representam apenas 6% do total, apesar de, nomeadamente o PSD, criticar permanentemente aquilo que considera um excessivo recurso à banca; -----

- Os fundos comunitários representam 31% das receitas totais, representando o sucesso das diversas candidaturas apresentadas pelo Município; -----

- Já do lado da despesa refira-se que o serviço de dívida (amortização e juros de empréstimos) do Município representa apenas 4% do total das despesas. Isto valida o que acima se referiu, demonstrando o baixo peso relativo do recurso à banca do Município. ---

---- Recorde-se que durante os primeiros anos da nossa gestão, foram amortizados vários milhões de euros de dívida que recebemos. -----

- E por fim, o orçamento estabelece que 53%, mais de metade do total das despesas do orçamento, corresponde a 42% de investimentos e 11% no apoio a associações, freguesias e famílias. -----

---- Uma última nota para informar que o município elaborou, pela primeira vez, o Quadro Plurianual de Programação Orçamental, previsto na nova Lei das Finanças Locais. -----

---- Por todas estas razões, é com a sensação de dever bem cumprido que apresentamos os documentos à Assembleia Municipal. -----

---- Os documentos hoje apresentados dão corpo aos nossos compromissos com os Vila-

realenses, que cumprimos à risca. Estamos à vossa disposição para esclarecer o que for necessário”. Muito obrigado. -----



---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este segundo ponto enunciado na Ordem do Dia. Inscreveram-se os seguintes Deputados. Faça o favor Senhor Deputado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL PEDRO SEIXAS (PSD)** agradeceu e disse: Senhor Presidente da Mesa, na sua pessoa cumprimento os restantes Membros, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, na sua pessoa cumprimento os restantes elementos do Executivo. Caras e Caros Membros da Assembleia Municipal e demais presentes. -----

---- Antes de mais desejar-lhes umas Boas Festas e um próspero dois mil e vinte e dois com plena saúde. -----

---- À semelhança do que se sucedeu nos anos transatos, foi solicitado ao PSD apresentação de propostas para serem apreciadas e integradas nas Grandes Opções do Plano e proposta de Orçamento, elaboradas pela Câmara Municipal de Vila Real, para submeter aprovação em sede da Assembleia Municipal para o ano dois mil e vinte e dois. -----

---- E, ao contrário do que se sucedeu nos anos transatos, o PSD este ano optou por não apresentar quaisquer propostas. -----

---- Não o fez por não ter ideias nem projetos para o Concelho de Vila Real. Tal como nos compete a nós participarmos também, compete a quem governa ouvir essa representação do povo e não ignorar o seu papel. -----

---- Só assim serão cumpridos os princípios basilares da Democracia, isso demonstrará o real empenho da Autarquia em contribuir para a união dos Vila-realenses. -----

---- O PSD está saturado de tentar contribuir ativamente para que sejam encontradas as melhores soluções para o Concelho e continua a ser ignorado pelo Executivo Camarário, pelo que, este ano optou por não apresentar qualquer tipo de proposta. E não precisamos de ir mais longe do que o ano dois mil e vinte. No final de novembro de dois mil e vinte, o PSD apresentou uma série de medidas concretas ao Executivo Camarário e nenhuma das medidas propostas foi sequer acolhida. -----

---- De entre várias propostas apresentadas, das quais se destacam medidas de âmbito fiscal que iam trazer algum desafogo aos cidadãos de Vila Real e às empresas cá instaladas. - Medidas de apoio às famílias, das quais destacamos a redução da fatura de água, que hoje sabemos, pelo contrário, em dois mil e vinte e dois irá aumentar cerca de três e meio por cento; medidas de apoio às empresas, comércio tradicional, bem como medidas de apoio ao desporto, nem uma chegou a ser inscrita nas GOP'S e Orçamento. -----

---- Denota-se claramente uma intenção deste Executivo que quer governar sem ouvir a opinião da oposição. -----

---- O Concelho de Vila Real viu uma situação difícil resultante da Pandemia provocada pelo Covid-19. -----

---- O PSD entende ser necessário que as Grandes Opções do Plano e propostas de

Orçamento para o próximo ano deveriam atender às consequências sociais e económicas resultantes desta situação e que serão ainda mais gravosas para os Municípios do que as presentemente enfrentam todos os dias. -----

---- Para tal, é importante que se façam todos os esforços para promover a coesão social no nosso Concelho, sobretudo no apoio às famílias e às empresas. -----

---- A situação pandémica atual provocada pelo Covid-19 tem causado consequências dramáticas nas famílias, no tecido empresarial constituído em Vila Real, no nosso Concelho, por micro e pequenas empresas, sejam elas do setor do comércio, alojamento, restauração, entre outras. -----

---- Face à necessidade urgente de estratégia de ação, o PSD de Vila Real volta a reiterar, que continuará a pautar a sua atividade através de uma posição responsável, forte, presente e colaborativa, face à grandeza do desafio pandémico que a todos assola, não nos cabe substituir a quem tem a competência de governar com a legitimidade de quem também representa os Vila-realenses, não deixaremos de fiscalizar quem tem essa competência. Muito obrigado. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP):** - No uso da palavra, disse: *“Relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento, o CDS gostaria de ver nas rubricas inscritas uma aposta clara na efectiva dinamização económica e também agrícola do Concelho de Vila Real, nomeadamente direccionadas para a inovação, para a capacitação humana e tecnológica e empresarial, para gerar riqueza e acrescentar valor ao território e aos produtos locais/regionais e sobretudo atrair e reter população. Temos que contrariar essa tendência que é perda de população.* -----

---- *Na nossa intervenção optámos por dar destaque ao que consideramos ser um problema que urge resolver.* -----

---- *Para o CDS importa questionar o propósito e a necessidade de manter a empresa municipal, a Vila Real Social.* -----

*Para o CDS importa avaliar o seu custo benefício para assegurar as tarefas que lhe estão cometidas em comparação com a opção de ter as mesmas tarefas internalizadas nos serviços municipais.* -----

*Vejamos então as principais tarefas realizadas por esta empresa municipal:* -----

- *Actividades de apoio social tais como Inquéritos sociais, levantamentos, acções de fiscalização, acções de sensibilização;* -----
- *Actividades de gestão de parque de habitação social tais como, de gestão de condomínio, pequenas reparações, manutenções e acompanhamento de pequenas obras de beneficiação e ainda controlo de parcómetros no âmbito da gestão estacionamento.* -----

---- *É entendimento do CDS que nem são tarefas muito especializadas, nem a natureza das mesmas justifica serem asseguradas por uma Empresa Municipal.* -----

---- *Mas avaliemos então os números desta Empresa Municipal, espelhados nestas Grandes Opções do plano para 2022:* -----

- Despesas 840.500€; -----
- Receita efectiva 620.500€; (dos quais 565.000 Mil€ provenientes da cobrança das rendas dos bairros sociais). -----
- Gastos com pessoal 331.700€ de – mais de metade das receitas efectivas; -----
- Gastos em trabalhos especializados de assessorias, jurídicos e contabilidade e afins (onde e inclui o valor do fiscal único) 37.400€; -----
- Gastos com gestão efectiva da habitação social 212 Mil € - ou seja, apenas ¼ das despesas se destina à manutenção do património habitacional (do que é realmente importante) e destes apenas 65Mil€ p/a beneficiação de habitações devolutas; -----

---- Eu pergunto o que é que se faz com sessenta e cinco mil euros para beneficiar de habitações devolutas; -----

- Necessidade de cerca de 200mil€/ano para fazer face ao défice entre receitas arrecadadas e despesas - supridos através de contrato programa a estabelecer com a Câmara Municipal de Vila Real. -----

---- Assim, pode inferir-se que, tal como no passado, o contrato-programa previsto no orçamento, falhará na sua substância, e servirá apenas para, e perdoem-me a expressão, “tapar o buraco” financeiro recorrente. -----

---- Dar ainda nota que nada é apresentado quanto aos critérios e metas para avaliar a eficácia dos próprios serviços prestados pela Vila Real Social e a garantia da qualidade dos mesmos para os Municípios. -----

---- Os números apresentados são avassaladores e demonstram claramente a ineficiência e o desperdício de recursos associados, apenas funcionamento da Vila Real Social. Compare-se então o custo de mais de 840Mil Euros e abrangência dos serviços da empresa Vila Real Social com o valor das transferências para freguesias que abrangem a totalidade do território do Concelho e prestam um serviço verdadeiramente descentralizado aos cidadãos e pasmem-se, Srs. Deputados e Srs. Presidentes de Junta, porque para o conjunto das 20 freguesias estão destinados apenas 1,33 Milhões de Euros. Ou seja, nem o dobro daquilo que é destinado à empresa Vila Real Social, para fazer cobrança de rendas. -----

---- Srs. Deputados e Srs. Municípios, a Vila Real Social mais parece uma agência de emprego para “amigos”, financiada pelo dinheiro dos contribuintes! -----

---- Srs. Deputados, Srs. Municípios, torna-se por demais evidente que a Vila Real Social é um pesado fardo para o município, pelo que o CDS defende que esta empresa deve ser extinta e as suas tarefas totalmente internalizadas e asseguradas directamente através dos serviços municipais, promovendo-se uma poupança significativa com custos de funcionamento e ganhos (custos estes que são redundantes) de escala e contribuindo para o objectivo maior da boa gestão dos recursos públicos”. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Dado não haver ninguém que o queira fazer, Senhor Presidente faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu começava por responder já à Senhora Deputada Joana Rapazote. -----

---- Realmente é avassalador o seu ataque aos mais pobres. Aliás esta é a impressão digital do CDS. -----

---- Estou nestas funções há oito anos, nos últimos oito anos o discurso foi exatamente este. As palavras mudam, o conteúdo e a mensagem é sempre a mesma. -----

---- Há seiscentos fogos sociais, há mais três mil e quatrocentas, cinquenta pessoas a viver nos Bairros Sociais, podia haver mais trezentas, é verdade que o PSD no passado vendeu trezentas habitações, arrecadou cerca de nove milhões de euros de receita de forma encapotada. -----

---- E, ao longo destes anos, o CDS sistematicamente não consegue perceber, que estas três mil e quinhentas pessoas precisam de acompanhamento de técnicos da ação social, de psicólogos, precisam de acompanhamento permanente nas intervenções que cada uma das casas deve ser feita, que precisam de acompanhamento todos os anos para o cálculo das suas rendas, que é em função também do rendimento dos agregados familiares. -----

---- Que as casas da habitação social não são para a vida, que deve haver rotatividade e, que ao longo dos anos houve muitas pessoas que abandonaram casas porque tinham rendimentos que lhes permitiram abandonar essas casas, pagando duzentos ou duzentos e vinte euros, duzentos e trinta, à medida que os rendimentos aumentavam pagavam mais renda. Entraram pessoas que pagam dez ou quinze euros de renda. -----

---- Realmente o CDS, a mensagem é sempre a mesma, atacar os mais pobres, os mais fracos, os mais fragilizados, abandoná-los, esta é a mensagem. -----

---- Quando o CDS ganhar eleições extingue a Vila Real Social, quem a criou foi o PSD e o PS considerou que não valia a pena extinguí-la porque extinguir a Vila Real Social é deixar ainda mais frágeis os mais frágeis de nós. -----

---- Relativamente ao Senhor Deputado Pedro Seixas, eu lembrava que, com exceção de dois mil e vinte, estávamos perto das eleições, o PSD, de facto, raramente nos apresentou propostas, direi que antes nunca nos tinha apresentado propostas, mas as propostas do PSD são sempre as mesmas. -----

---- Qual é a matriz? Aumentar a despesa e diminuir a receita nunca dizendo onde é que corta, que atividades é que deixa de fazer, que investimento é que deixa de fazer. Um exercício sério, rigoroso, transparente, claro é dizer: eu corto no IRS, por exemplo, isto implica uma quebra de dois milhões de euros e implicando uma quebra de dois milhões de euros eu deixo de pagar salários, despeço pessoas, deixo de atribuir subsídios às Juntas de Freguesias, deixo de atribuir subsídios àqueles que têm apoio ao arrendamento? Onde é que corta? -----

---- É fácil, é muito fácil, é um exercício que eu nunca tive coragem de o fazer, que é sistematicamente defender o corte da receita, fazer propostas para aumentar a despesa e depois nunca dizer quais são as atividades que o Município deixará de fazer para cumprir este desígnio. -----

---- Isto, levado à letra, feito da forma como é dito pelo PSD, levaria a Câmara Municipal em meia dúzia de anos a estar insolvente. -----

---- Ora, não é isso que queremos, queremos uma gestão responsável. -----

---- Quando cheguei à Câmara Municipal o IMI estava no máximo, naquilo que corresponde ao Município já descemos dez por cento. É pouco? Olhe, é mais do que aquilo que algum dia vos passou pela cabeça fazer, nunca o desceram. -----

---- Em dois mil e treze chegamos e dissemos: vamos reduzir o preço da fatura da água, e reduzimos. -----

---- Chegamos a dois mil e vinte e um, e a fatura da água estava em cerca de quinze por cento, incorporando o valor da inflação, mais barata do que estaria em dois mil e treze. ---

---- Se vocês continuassem a governar imaginem como é que estaria a fatura da água, constantemente a ser aumentada, em dois mil e vinte e um. -----

---- E, portanto, dissemos que baixávamos os impostos municipais, baixamos; dissemos que baixávamos a fatura da água, baixamos; continuamos a dizer que vamos baixar os impostos municipais com segurança, sem pôr em causa as contas do Município e vamos fazê-lo e ao mesmo tempo que o vamos fazer vamos equilibrar aquilo que são as atividades que desenvolvemos porque milagres não há, ninguém acredita. -----

---- E dizer que nós não somos uma autarquia que liga às famílias, que apoia as famílias, que apoia os Vila-realenses, não é por acaso que há cerca de mês e meio Vila Real recebeu a Bandeira de uma Câmara Familiarmente Responsável e quem a determinou não fomos nós foi um observatório exterior. Que diz que os apoios que o Municípios dá às famílias que necessitam são dos mais relevantes a nível nacional. Não fomos nós que dissemos isso foi um observatório que determinou isso. -----

---- Aquilo que eu esperava era, por exemplo, que o PSD chegasse aqui e dissesse, parabéns à Câmara de Vila Real é uma Câmara familiarmente responsável, isso significa que apoiam as famílias, que apoiam os Vila-realenses, não escuto dizer isso. -----

---- E depois dizer que algumas das coisas do vosso programa eleitoral não estão, eu tive o cuidado de ir ver algumas coisas do programa eleitoral, que foi escondido durante a campanha eleitoral, foi apresentado à última da hora. Mas estava lá, por exemplo, zona empresarial de Constantim requalificação, está prevista neste orçamento a sua expansão e a sua requalificação; nova zona empresarial está previsto; apoio às forças de segurança, nós temos previsto, por exemplo, o novo quartel da PSP. -----

---- São três exemplos, podia dar mais, posso continuar, são três exemplos que estavam no vosso programa eleitoral que, afinal de contas, nós estamos também, até porque eram promessas nossas, que estamos a executar e que estão no nosso orçamento, no orçamento que aqui hoje apresentamos, no orçamento que apresentamos aos Vila-realenses, será o orçamento de Vila Real e dos Vila-realenses e que estava no nosso programa eleitoral. ----

---- Dizer que é tudo diferente e que faria uma coisa completamente diferente, eu julgo que não é justo, não é certo e não é correto. -----

---- Dito isto, eu direi que o documento que apresentamos é um documento realista, é um documento ágil às circunstâncias que vivemos. -----

---- O facto de não termos Orçamento de Estado condiciona e muito a atividade do Município, mas este orçamento está preparado para o final do quadro comunitário vinte vinte, do PT 2020, do próximo PT 2030 e do PRR, está adaptado, está preparado para em função das circunstâncias pudermos ir buscar fundos comunitários a qualquer um destes programas. -----

---- Está ainda para um bom e para um cenário menos bom relativamente ao próximo Orçamento de Estado. -----

---- Portanto, é um orçamento que permitirá, com certeza, chegar ao final do ano dois mil e vinte e dois com contas certas, com contas corretas, com compromissos pagos, sem dívida a fornecedores e com muitas, maioria, quase a totalidade das ações previstas executadas. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passemos à votação deste segundo ponto. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria** as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2022.

**Apuramento dos Votos:** 39 presenças de 41 membros efetivos

**Contra: 2 votos do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP,** Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote, Ricardo Manuel Ferreira da Costa.

**Abstenções: 6 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PSD e do Partido CHEGA:**  
**do PSD:** 5 votos: Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Alina Maria Azevedo Sousa Vaz, Hugo Miguel dos Santos Afonso e **do Partido CHEGA:** 1 voto: Luís Daniel Perdigão Simões.

**A favor: 31 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS**

Apresentaram Declaração de Voto os Grupos Parlamentares Municipais do **Partido CHEGA** e do **PS**

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL LUÍS DANIEL SIMÕES (Partido CHEGA):** - No uso da *palavra*, disse: *Declaração de Voto.* -----

---- *“Queremos salientar o facto de terem referenciado no documento Grandes Opções de Plano e Orçamento que o partido Chega entregou propostas, no entanto constatamos que não tiveram em consideração nenhuma das propostas por nós apresentadas.* -----

---- *Propostas como aumentar o benefício aos bombeiros voluntários através da isenção do IMI através do programa “Mais Bombeiro” que actualmente está orçamentado 5 mil euros.*

---- *Estender a assembleia aos alunos que frequentam até ao 12º com o aproveitamento de medidas sugeridas. Fomentar o empreendedorismo nas escolas com possíveis benefícios futuros na criação de emprego e empresas.* -----

---- *Financiar as atividades desportivas aos jovens até aos 12 anos, sendo investimento para*



*o futuro na saúde e bem-estar dos jovens. Construção e adaptação de espaços fechados nas escolas para veículos sem motor. -----*

*---- Requalificação das antigas escolas primárias para espaço de trabalho em Cowork e salas de estudo. Aproveitamento de espaços públicos para uso de centros estudos. Ambas são medidas auxiliares para um melhor desempenho na escola. -----*

*---- Falta salientar, que apesar de o documentar apresentar um mundo maravilhoso, a realidade de Portugal é bastante diferente, temos um país com os mais altos impostos da União Europeia e desde que a república tem memória. Não sou eu que o digo, são dados estatísticos e por entidades reconhecidas”. -----*

**---- O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS):** - No uso da palavra, disse: “O Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista congratula-se com a aprovação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2022 e apresenta a seguinte declaração de voto: -----

*---- Em setembro de 2021 os Vila-realenses decidiram reconduzir a equipa que tem gerido o Município de Vila Real, atribuindo igualmente uma maioria absolutamente incontestável ao Partido Socialista na Assembleia Municipal e nas Juntas de Freguesia. -----*

*--- Esses fatores demonstram, de forma evidente, por parte dos eleitores, o reconhecimento do acerto da gestão do Município, bem como a discordância com a postura de constante crítica negativa, muitas vezes infundada e sem adesão à realidade, que emana da oposição.*

*---- Quem percorre hoje Vila Real vê um concelho que avançou profundamente. Desde os campos de relva sintética, ao Terminal Rodoviário. Desde o Régia Douro Parque, à reabilitação urbana e do espaço público. Desde os passadiços das escarpas do Corgo ao novo Centro Escolar de Lordelo. Do regresso das corridas automóveis, hoje mundiais, à aposta na nova estratégia local de habitação, dando habitação condigna a quem a não tem, porque ao contrário do CDS o PS defende os mais frágeis. Seria impossível, no tempo que nos está atribuído, elencar a totalidade das obras e realizações dos últimos 8 anos. ----*

*---- Mas isto, que está à vista de todos, esta realidade que os Vila-realenses reconhecem e premeiam, escapa aos filtros da maledicência de alguns que, só porque sim, atacam impiedosamente o progresso de Vila Real. -----*

*---- O Orçamento e as Grandes opções do Plano para 2022 mantêm o rumo a que este executivo municipal nos habituou. As contas são rigorosas, o enfoque está no investimento e no apoio às famílias e ao movimento associativo, os compromissos são cumpridos, a dívida é gerida em benefício das populações e do futuro. -----*

*---- Ao contrário do que tantas vezes se afirma, o recurso a empréstimos representa uma pequeníssima parte da receita total do Município e o serviço de dívida apenas 4% da despesa. Haverá muitas autarquias que possam afirmar o mesmo? E nada disto significa imobilismo por parte da Câmara Municipal. Pelo contrário! No passado criticava-se o Executivo dizendo que eram apenas festas, foguetes e Facebook. Agora critica-se o excesso de obras, o atrevimento de se candidatar Vila Real a capital Europeia da Cultura, a irreverência de adaptar o espaço público às necessidades reais das pessoas. -----*

---- E tudo isto é feito em simultâneo com a descida da carga fiscal municipal. Sim, desde que este executivo municipal tomou posse, baixou a derrama municipal para as pequenas e médias empresas, criou um regulamento de benefícios fiscais que atraem e potenciam o investimento e criam emprego, baixou o IMI em 10%, na parte que cabe ao município fixar e baixou a fatura da água. -----

---- Como podem aqueles que nunca baixaram um cêntimo da carga fiscal municipal, vir agora exigir ao atual executivo que ponha em causa a sua capacidade para fazer face aos seus compromissos, nomeadamente num momento tão difícil como aquele que vivemos?

---- Em nome do grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila Real, cabe-me congratular o Executivo Municipal por mais este documento estratégico e transparente, que vai ao encontro das nossas aspirações para Vila Real. Desejamos que o mesmo possa ser amplamente cumprido, dando razão a quem confiou nesta equipa. Muito obrigado”. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Vamos passar à discussão do,

### **TERCEIRO PONTO**

Aprovar a contração de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos junto do Banco BPI, S.A. até ao valor de € 15 500 000, para financiar o investimento “**Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais**”, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 6 de dezembro de 2021).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor das certidões da deliberação da Câmara Municipal.

---- «**DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 08/11/2021, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

-----**ASSUNTO: - Proposta para Contração de Empréstimo Bancário para “Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais”** -----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

“Considerando que a contratação de empréstimos de médio e longo prazo por parte dos municípios se encontra regulamentada nos artigos 49.º a 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e

podem ser contraídos para aplicação em investimentos não podendo ultrapassar o prazo de 20 anos;

Considerando que o município tem em curso o projeto de “Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais”, localizado no Parque do Corgo, em que para além das atividades de recreio e lazer proporcionadas pelas piscinas ao ar livre e pelos seus espaços envolventes, a construção deste equipamento possibilitará uma utilização diversificada ao nível das atividades aquáticas de formação, de manutenção e de competição.

Considerando que este projeto contempla ainda requalificação da Ponte Pedonal existente, a construção de um Elevador na zona poente da intervenção, a execução do Parque Exterior (nascente e poente) e a beneficiação do Campo Desportivo e da Rua de Acesso ao Complexo, cujo valor global de investimento, incluindo a Fiscalização da empreitada e a revisão de preços, representa cerca de 16 025 750 €, com iva incluído.

Considerando que este projeto inscrito no PPI (2020-2023) com o nº 49/I/2018 com dotação orçamental a definir e que a abertura de concurso para a empreitada só é possível com possível com cabimento orçamental, ou seja, financiamento assegurado por recurso a empréstimo bancário, uma vez que as receitas normais do Município não são suficientes para garantirem o financiamento;

Considerando que nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 52º a margem disponível de endividamento provisório do Município em 31/10/2021 é de 23 956 011 €, conforme mapa que se anexa.

Considerando que a regra prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) que estabelece que os municípios só podem aumentar em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios, não se aplica nos anos de 2020 e 2021, de acordo com o artigo nº 1 do artigo 2º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto.

Considerando que se prevê que, no cumprimento do nº 2 do 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal autorize o município a contratar um empréstimo de longo prazo (20 anos) até ao valor de 15 500 000 € para financiar o investimento.

**Neste contexto, proponho que a CMVR autorize a contratação de um empréstimo bancário com a seguinte tipificação:**

1. **Finalidade – Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais**
2. **Montante – até 15 500 000 Euros;**
3. **Prazo Global - 20 anos, a contar da data de visto do contrato pelo Tribunal de Contas;**

4. **Reembolso do Empréstimo:** Prestações semestrais de capital e juros, iguais e sucessivas;
5. **Taxa de Juro:** Indexada à EURIBOR a seis meses na base 360 dias, e fixada de acordo com a **média aritmética simples das cotações diárias do mês anterior** ao período de contagem de juros, juros, tendo o Spread de ser apresentado à milésima;
6. **Período de Carência** – Dezoito meses a contar da data de visto do contrato pelo Tribunal de Contas;
7. **Período de Utilização** - Dois anos a contar da data de visto do contrato pelo Tribunal de Contas;
8. **Outras Condições** – Critério para a determinação da taxa de juro aplicável em situações de mora, condições aplicáveis no caso de reembolso antecipado do crédito, comissão para a gestão e organização e montagem da operação, e outras despesas.

Que sejam convidadas a apresentar proposta as seguintes instituições de crédito:

- Caixa Geral de Depósitos
- Banco Santander Totta
- Novo Banco
- Banco BPI
- Millennium BCP
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro

Para efeitos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 220/94, de 23 de agosto, na proposta terão de ser indicadas a taxa nominal, apresentada à milésima, e a taxa anual efetiva (TAE), calculadas nos termos deste diploma legal. Para o cálculo destas taxas os bancos têm de considerar como pressuposto a taxa negativa Euribor a 6 meses na base 360 dias de -0,500%.

A proposta terá de ser acompanhada pela simulação do plano de pagamento, correspondente às condições apresentadas e considerando como pressuposto a taxa acima referida e a utilização total do capital imediata.

Que a data-limite de apresentação das propostas seja fixada às 15H00 de 18/11/2021 e o ato público se realize pelas 10H00 de 19/11/2021.

A adjudicação da contração do empréstimo será feita ao banco que apresentar a melhor proposta em termos de Spread e Outras Condições. O incumprimento das cláusulas previstas nos pontos 2 a 8, por parte dos concorrentes permite a sua exclusão do concurso.

Serão excluídas as propostas dos concorrentes que introduzam um limite 0 (zero) à taxa de juro a praticar, no caso do indexante EURIBOR a 6 meses ser negativo, ou que apresentem uma taxa Euribor diferente da de 6 meses.

Que a comissão do concurso, que procederá ao ato público, à análise das propostas e à audiência dos interessados tenha a seguinte composição:

- Eduardo Luís Varela Rodrigues (Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro)
- Filipe José Martins Machado (Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial)
- Teresa Raquel Carvalho de Queirós (Chefe dos Serviços Jurídicos e de Fiscalização.)”-

----- DELIBERAÇÃO: Aprovar a proposta, com o voto contra dos Vereadores do PSD que apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Considerando que, o impacto negativo da pandemia em 2020 nas contas públicas, se vai refletir na diminuição de transferências do Estado Central para as Autarquias.

Considerando que, com a dissolução da Assembleia da República e com eleições legislativas a 30 de janeiro de 2022, prevê-se que a execução orçamental seja em duodécimos, no mínimo 6 meses, existindo a incerteza que seja eleito um governo maioritário, ou que tenha apoio parlamentar.

Considerando que, a capacidade de endividamento da Autarquia desce consideravelmente de 52,88% (23.956.011,26€), para 18,87% (8.456.011,26€), apenas possível pela suspensão temporária para os anos de 2020 e 2021, a regra prevista na alínea b do n.º3 do artigo 52.º da Lei n.º73/2013, de 3 de outubro.

Advertindo prudência nos gastos, considera-se que deveria ser pensada uma estratégia de investimento, com recurso a uma percentagem de capitais próprios.

Neste contexto, os Vereadores eleitos pelo PSD, votam contra o ponto n.º6 – Autorização Prévia de Investimento “Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais”, no valor de 15.500.000,00€ (quinze milhões e quinhentos mil euros), a ser financiado por empréstimo bancário de médio e longo prazo, sendo esta declaração válida para o ponto n.º7 – Proposta de Contratação de Empréstimo Bancário para a “Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais”.

O nosso compromisso para com as gerações futuras, tem a ver com a consciência que temos sobre o impacto das nossas ações, e tem a ver, com o equilíbrio que encontramos entre o que decidimos hoje e o que deixamos para as gerações que hão de vir”.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 17 de dezembro de 2021».-----

----- «**DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 06/12/2021, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

-----**ASSUNTO: - Relatório de Análise de Propostas do Empréstimo Bancário - “Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais”** -----

- Presente à reunião o Relatório de Análise de Propostas do Empréstimo Bancário.

1. O estudo diz respeito á análise das propostas de concurso limitado para a contratação de um empréstimo bancário de longo prazo, aberto por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 8-11-2021, destinado à “Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais”.

2. A tipificação do empréstimo é a seguinte:

- Montante - € 15.500.000,00;

- Prazo Global - 20 anos, a contar da data do Visto do Tribunal de Contas;

- Período de Carência – 18 meses após a data do Visto do Tribunal de Contas;

- Taxa de Juro Indexante – Euribor a 6 meses;

- Reembolso em prestações - Prestações semestrais de capital e juros, iguais e sucessivas;

3. Para o efeito, foram convidadas a apresentar proposta as seguintes instituições de crédito: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Trás-os-Montes e Alto Douro, Banco Santander Totta, Banco BPI, Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco, não tendo estas duas últimas entidades apresentado propostas;

4. O ato público do concurso realizou-se no dia 19-11-2021, tendo sido abertas as propostas dos concorrentes pela ordem de entrada nos serviços:

<b>Concorrente</b>	
1	<b>Banco BPI, S.A.</b>
2	<b>Caixa Geral de Depósitos</b>
3	<b>Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro</b>
4	<b>Banco Santander Totta, S. A.</b>

5. A análise das propostas, foi efetuada tendo em consideração as taxas de juro e demais condições apresentadas. Foi elaborada uma simulação das propostas apresentadas, que se anexa ao presente relatório, tendo como pressupostos base a taxa de juro indexante – Euribor a 6 meses na base 360 dias de -0,500% e a utilização imediata e integral do capital. O quadro seguinte reflete os encargos globais inerentes á contratação do empréstimo.

<b>Banco</b>	<b>SPREAD</b>	<b>Juros do Empréstimo</b>	<b>Comissão de Abertura/ Montagem</b>	<b>Outras Comissões</b>	<b>Custos Total do Empréstimo</b>
<b>BPI</b> 1º ao 20º ano	0,810%	532 791,70	0,00	0,00	532 791,70
<b>CGD</b> 1º ao 20º ano	0,990%	846 042,00	0,00	0,00	846 042,00
<b>CCAMTMAD</b> 1º ao 20º ano	0,820%	550 119,64	0,00	0,00	550 119,64
<b>SANTANDER TOTA</b> 1º ao 20º ano	2,000%	2 656 396,87	0,00	0,00	2 656 396,87

6. Conforme se pode verificar no mapa resumo a classificação das propostas é a seguinte:

1º Banco BPI

2º Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro

3º Caixa Geral de Depósitos

4º Banco Santander Totta

7. Face ao exposto, somos da opinião que a proposta mais vantajosa para o Município é a apresentada pelo Banco BPI, ou seja, Taxa de Juro Euribor a 6 meses na base 360 dias mais spread de 0,810%”.

Por Despacho de 02/12/2021 o **Senhor Presidente da Câmara** remeteu o assunto à reunião do Executivo Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para a contratação do empréstimo bancário no valor de € 15.500.000,00 ao Banco BPI, conforme relatório da análise de propostas, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

Os Vereadores do PSD abstiveram-se.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 17 de dezembro de 2021»-----



**ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse: Convidava o Senhor Presidente da Câmara a usar da palavra na introdução do terceiro ponto da ordem de trabalhos. Faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Este ponto já veio à Assembleia Municipal, já foi aprovado. Neste momento, aquilo que aqui vem a contratualização do empréstimo já a uma instituição bancária, com o juro de zero, vírgula dois quatro, dois cinco por cento. -----

---- É uma taxa de juro baixíssima, pode, em determinadas circunstâncias' até ter uma taxa de juro negativa. -----

---- Acresce que este valor pode não ser necessário, caso, como é nossa intenção, algumas das partes deste projeto possam beneficiar de fundos comunitários e estamos a prepararmo-nos para o fazer. -----

---- Esta era uma promessa, era um compromisso com os Vila-realenses, que, se tudo correr bem, durante o primeiro trimestre de dois mil e vinte e dois, lançaremos a concurso público. E este é um passo importante para que tal aconteça. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão à Assembleia sobre este terceiro ponto para quem quiser usar da palavra. -----

---- Visto que ninguém o quer fazer, passamos de imediato à votação do terceiro ponto. ---

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria** a contração de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos, junto do Banco BPI, S.A. até ao valor de € 15 500 000, para financiar o investimento “**Construção do Novo Complexo de Piscinas do Codessais**”.

**Apuramento dos Votos:** 39 presenças de 41 membros efetivos

**Contra - 1 voto do Grupo Parlamentar Municipal do Partido CHEGA,** Luís Daniel Perdigão Simões.

**Abstenções - 7 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PSD e CDS-PP: Do PSD: 5 votos:** Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Alina Maria Azevedo Sousa Vaz, Hugo Miguel dos Santos Afonso; **do CDS-PP: 2 votos:** Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote e Ricardo Manuel Ferreira da Costa.

**A Favor - 31 votos a favor do Grupo Parlamentar Municipal do PS.** -----

Apresentaram Declaração de Voto os Grupos Parlamentares Municipais do CDS-PP, do PSD, do Partido CHEGA e do PS

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP):** - No uso da palavra, disse: “*Exmos. Srs. Deputados, como bem sabem, já há longos anos que o CDS tem defendido o investimento nas novas piscinas municipais, inclusivamente foi o CDS quem lançou, em Fevereiro de 2010, a localização deste equipamento no Codessais, em alternativa à solução vigente à data que implicava destruir o Campo do Calvário e todo o seu acervo histórico e*

identitário, para ali localizar as novas piscinas. Apesar de vencidos à data, o tempo veio a demonstrar que o CDS estava certo quanto à preservação do Campo do Calvário e quanto à possibilidade das Piscinas se localizarem no Codessais. -----

---- Estamos, portanto, seguros quanto à necessidade de investimento numas novas Piscinas e quanto à sua localização no Codessais, no entanto temos algumas reservas quanto ao projecto e ao quanto financiamento proposto, assunto que está hoje em deliberação. -----

---- Os capitais próprios do Município para este investimento são muito reduzidos (cerca de 600Mil Euros) correspondendo a apenas 3,7% dos 16,1Milhões de EUR previstos. -----

---- Consideramos excessivo e motivo de preocupação o peso do financiamento bancário, cerca de 15,5Milhões de EUR para a Construção das Piscinas. -----

---- É importante ter presente que o valor proposto para este empréstimo condiciona de forma substancial a capacidade de endividamento e hipoteca a capacidade de realizar outros investimentos estruturantes e impulsionadores do desenvolvimento económico do nosso Município. -----

---- Assim, é nosso entendimento que o Executivo deveria apresentar uma solução mais conservadora para o financiamento deste projecto, reduzindo o peso do financiamento bancário e libertando capacidade de endividamento para fazer face aos necessários investimentos futuros que se perspectivam”. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL PEDRO SEIXAS (PSD):** - No uso da palavra, disse: “O Grupo Parlamentar do PSD reitera a posição assumida na última Sessão da Assembleia Municipal em que, se discutiu este pedido de empréstimo bancário. -----

---- Para que não restem dúvidas somos favoráveis à criação de condições que levem a uma reabilitação e transformação do espaço de lazer do Codessais, desde logo, com a criação de novos espaços e a modernização de outros, a criação de raiz de umas piscinas cobertas e descobertas. -----

---- Estamos de acordo com o princípio da necessidade de modernizar e renovar todo o espaço em questão, após décadas de utilização. -----

---- Contudo, pela dimensão orçamental que está em causa, foi e continua a ser nosso entendimento que deveria ser feito uma análise mais rigorosa à forma de financiamento deste projeto, considerando o recurso de capitais próprios da autarquia, no sentido de evitar o comprometimento inevitável para as gerações futuras no que ao endividamento diz respeito. -----

---- Para além disso, persistem um conjunto de dúvidas que não foram esclarecidas na última Sessão da Assembleia Municipal, quer pelo Senhor Vice-presidente, quer pelo Vereador do Pelouro. -----

---- Mas, esperamos que, com aprovação deste projeto de execução, e ultrapassadas outras fases processuais, venham a ser esclarecidas. -----

---- Por esta razão, o Grupo Parlamentar do PSD absteve-se na votação”. Muito obrigado. -

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL LUÍS DANIEL SIMÕES (Partido CHEGA):** - No uso da palavra, disse: Declaração de Voto. -----

---- *“Acompanhando a linha seguida pelo CHEGA na assembleia extraordinária anterior, no nosso entender o empréstimo vai criar um esforço financeiro adicional ao município, numa altura de grande instabilidade e incerteza, tanto a nível da evolução da economia como da pandemia, tal como os custos efectivos da construção, devido à instabilidade de preços e fornecimento dos materiais de construção.* -----

---- *A dita instabilidade pode criar dificuldades ao município no apoio às famílias, muitas delas já fragilizadas pelos últimos acontecimentos económicos, que curiosamente, aparenta voltar a repetir-se.* -----

---- *É preciso ter em consideração que o município tem uma exposição cerca de 20 milhões, ao somar os ditos 15 milhões, para além da falta de garantia de o orçamento ser suficiente, a autarquia fica com dívidas a longo prazo em praticamente 100% do seu rendimento anual. O projecto ainda peca em obter a noção real dos custos adicionais para a manutenção da infraestrutura”. Muito obrigado.* -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS):** - No uso da palavra, disse: Declaração de Voto. -----

---- *“O Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista congratula-se com a aprovação deste ponto e apresenta a seguinte declaração de voto:* -----

---- *Vila Real está dotada, há décadas, de duas piscinas municipais obsoletas e desadequadas às necessidades da população. Quer sob o ponto de vista do lazer, quer do ponto de vista da competição desportiva, há muito que as duas piscinas de Vila Real ultrapassaram a sua vida útil.* -----

---- *Este diagnóstico, feito há muito tempo, não motivou suficientemente os anteriores responsáveis pela gestão municipal do PSD para a sua resolução. Pelo contrário. Numa altura em que o financiamento comunitário existia para este tipo de equipamentos, o Município de Vila Real conseguiu embrulhar de tal forma o processo de construção de novas piscinas municipais, que apenas conseguiu gastar cerca de 300 mil euros em projetos que morreram numa gaveta e perdeu o financiamento aprovado, no valor de vários milhões de euros. Pelo caminho, quase se destruiu o icónico Campo do Calvário, que felizmente sobreviveu e hoje está belissimamente requalificado.* -----

---- *Mas, finalmente, o atual executivo municipal, depois de um processo complexo e moroso, conseguiu, em simultâneo, assegurar o financiamento do novo projeto de piscinas municipais e encontrar a melhor solução para que a nossa capital de distrito possa suprir esta carência evidente.* -----

---- *Num momento em que aqueles que falharam, no passado, deveriam respirar de alívio, porque aqueles que lhes sucederam vieram remendar os seus erros, perdem-se em críticas, ofuscados pela evidência do bom trabalho. Querem mais estudos, querem mais capitais próprios e, na verdade não querem é as piscinas.* -----

---- *No mandato passado criticava-se a localização das novas piscinas. Dizia o PSD que*

*deveriam ser num outro local, mas que não o diziam onde porque era segredo. Agora, a oposição não gosta do modelo de financiamento. Não se deveria ir à banca, dizem. Deveria pagar-se apenas com as receitas próprias, as mesmas que gostariam de extinguir reduzindo irresponsavelmente os impostos municipais para os valores mínimos. -----*

*---- Recorde-se que o peso do serviço da dívida nas despesas do Município é apenas 4%. ---*

*---- Talvez esta postura de busca permanente de um ângulo de ataque, esta desesperada tentativa de denegrir tudo o que emane do executivo municipal, justifique o número de mandatos que os Vila-realenses lhes atribuíram. -----*

*---- Em nome do grupo municipal do partido socialista, aplaudo o cumprimento de mais este compromisso com os Vila-realenses, desejando que o empréstimo hoje aprovado evite o adiamento desta necessária infraestrutura desportiva e de lazer”. Disse. -----*

**---- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: iríamos passar de imediato à discussão do,

#### **QUARTO PONTO**

Aprovar a redução do Capital Social do Município de Vila Real na ADIN – Águas do Interior Norte, E.I.M., conforme proposta aprovada pela Assembleia Geral da empresa em 09/12/2021, nos termos da alínea n) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de dezembro de 2021**).

**Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal.**

**---- «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----**

**----- CERTIFICO** que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/12/2021, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

**-----ASSUNTO: - ADIN – Ajuste à Participações Sociais dos Municípios Accionistas -----**

*- Presente à reunião para ratificação, a proposta de Ajuste do Capital Social do município de Vila Real, aprovada pela Assembleia Geral da ADIN, na sua reunião de 09/12/2021, para aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea n) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do seguinte teor:*

*“A constituição da sociedade Águas do Interior Norte E.I.M., S.A. assentou num concerto político de oito Municípios que, em 25 de Maio de 2016, deliberaram promover a gestão conjunta dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e eventualmente a gestão das redes de águas pluviais urbanas, através de uma entidade empresarial de âmbito intermunicipal.*

O processo de constituição da AdIN passou com sucesso por várias fases, pelo crivo de várias entidades públicas independentes (nomeadamente da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e do Tribunal de Contas) bem como, de dois Cartórios Notariais distintos (um sito em Vila Real, na fase da formalização da sua constituição e, um outro sito em Lisboa, na fase da Fusão da EMARVR com a AdIN).

Acresce que, como será facilmente perceptível por V. Exa., tendo todo este processo durado mais de dois anos, a verdade é que financeira e contabilisticamente, as realidades de todos os intervenientes foram sofrendo mutações. Facto com particular relevância no caso daquela que ficou entre todos consensualizada como a contribuição em espécie do Município de Vila Real: a Empresa Municipal EMARVR a fundir posteriormente com a AdIN. Isto posto, importa recordar o quadro resumo parte integrante do Relatório de Análise Fiscal ao Processo de Constituição da AdIN elaborado pela reputada Consultora EY, que serviu de trave mestra à divisão do Capital Social da AdIN (que à época se estimava se cifrasse em € 27.148.050,00 – vinte e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, cinquenta cêntimos):

	Freixo	Mesão Frio	Murça	Peso da Régua	Sabrosa	Santa Marta de Penaguião	Torre de Moncorvo	Vila Real	Total
Percentagem inicial acordada	3,33%	3,77%	6,24%	16,29%	6,72%	7,22%	8,60%	47,75%	100,00%
Dinheiro	14.800	16.800	27.775	72.500	29.925	32.125	38.625	212.500	445.050
Infraestruturas	988.000	1.008.000	1.666.500	4.350.000	1.795.500	1.927.500	2.317.500	12.750.000	26.703.000
Avaliação	1.162.511	2.995.143	3.807.839	6.549.501	3.400.526	4.038.502	4.075.525	31.237.467	
Diferença	274.511	1.987.143	2.141.339	2.199.501	1.605.026	2.111.002	1.758.025	18.487.467	
Capital social	988.000	1.008.000	1.666.500	4.350.000	1.795.500	1.927.500	2.317.500	21.834.369	35.787.369
Prémio emissão	274.511	311.607	535.172	1.344.733	585.050	595.856	716.418	0	
Prestações suplementares	0	1.675.536	1.626.167	894.768	1.049.976	1.515.146	1.041.607	0	
Subsídios ao investimento	0	0	0	0	0	0	0	9.403.098	
% Participação social	2,52%	2,86%	4,73%	12,36%	5,10%	5,48%	6,58%	61,61%	
Amortização de ações	0	0	0	0	0	0	0	9.084.369	
Capital social final	902.800	1.024.800	1.694.275	4.422.500	1.825.425	1.959.625	2.356.125	12.962.500	27.148.050
% Participação social final	3,33%	3,77%	6,24%	16,29%	6,72%	7,22%	8,60%	67,79%	

Nesta estimativa inicial em 2018, conforme quadro supra, para um Capital Social estimado de € 27.148.050,00 (vinte e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, cinquenta cêntimos), estimava-se que a contribuição em espécie do Município de Vila Real através da fusão da EMARVR com a AdIN a constituir se cifrasse em € 12.962.500,00 (doze milhões, novecentos e sessenta e dois mil e quinhentos euros).

Importa recordar que o processo de constituição da AdIN gizado possuía dois momentos: (1) entrada de todos os Municípios através da sua contribuição em dinheiro e em espécie (infra-estruturas), com exceção da contribuição em espécie do Município de Vila Real (posterior fusão da EMARVR com a AdIN); (2) Fusão da EMARVR (Empresa Municipal 100% detida pelo Município de Vila Real) com a AdIN tendo em vista incorporar nesta Empresa Intermunicipal todo o acervo patrimonial que através da EMARVR o Município de Vila Real detinha nesta área de atividade.

Assim, quando em 15.11.2019 se procedeu ao ato formal de constituição da AdIN, por um lado a Empresa apenas detinha um Capital Social de € 14.398.050,00 (catorze milhões, trezentos e noventa e oito mil e cinquenta euros) e, por outro lado, uma vez que nessa data apenas subscreveu a sua contribuição em capital (€ 212.500,00), o Município de Vila Real



apenas detinha 1.48% do Capital Social da AdIN (ao invés dos 47.75% acordados). Situação que se manteve até à concretização do processo de Fusão da EMARVR com a AdIN.

Em resultado do processo de Fusão por incorporação da EMARVR na AdIN, partindo dos documentos contabilísticos atualizados até à data (30.12.2019), o Capital Social da AdIN foi aumentado em € 17.249.500,00 (dezassete milhões duzentos e quarenta e nove mil e quinhentos euros), passando a cifrar-se em € 31.647.550 (trinta e um milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta euros).

Sistematizando, no momento em que a Fusão foi concretizada, a EMARVR valia € 17.249.500,00 (mais € 4.499.500,00 do que os € 12.750.000,00 inicialmente estimados para a Participação Social do Município de Vila Real na AdIN), fazendo com o que Capital Social da AdIN após a conclusão do Processo de Fusão se cifrasse em € 31.647.550 (mais € 4.499.500,00 do que os € 27.148.050,00 inicialmente estimados para o Capital Social da AdIN).

Em resultado deste facto, não tendo existido qualquer alteração à composição da estrutura acionista da AdIN, na presente data o Município de Vila Real detém 55.18% do Capital de Social da AdIN (ao invés dos 47.75% consensualizados).

Aqui chegados, importa proceder ao um ajuste à atual participação social do Município de Vila Real no sentido de que a mesma se passe a cifrar nos 47.75% consensualizados na génese da AdIN pelo que, tendo em vista tal desiderato se propõe a V. Exa. que o Conselho de Administração da AdIN possa deliberar:

1. Propor à Assembleia Geral da AdIN que sejam amortizadas 4.499.500 ações detidas pelo Município de Vila Real no capital social da AdIN, por forma a colocar a participação social do Município de Vila Real nos consensualizados 47.75% do seu Capital Social, sob contrapartida de uma compensação a favor do acionista em montante igual ao valor nominal das participações extintas, condicionado ao acordo do mesmo;

2. Propor à mesma Assembleia Geral que, em consequência da referida extinção de ações, seja reduzido o capital social da AdIN de € 31.647.550 para € 27.148.050,00, ou seja, pela subtração de € 4.499.500,00, que coincide com o valor nominal global objeto de amortização, com o intuito especial de se adequar a cifra do capital social à situação líquida da sociedade decorrente da extinção de ações e, simultaneamente, reformular a estrutura acionista, de modo a reduzir a participação do Município de Vila Real no capital social da AdIN nos termos indicados no ponto anterior, considerando sempre que, após essa redução, a situação líquida da sociedade ficará a exceder o novo capital em pelo menos 20%;

3. Propor à mesma Assembleia Geral que, em consequência da referida redução do capital social, seja alterada a redação do artigo 6.º do contrato de sociedade, no sentido de nele passar a constar:

Artigo 6.º

(Capital)

1. A Sociedade é de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital

*detida apenas por entidades públicas, e as suas ações só podem ser adquiridas e/ou transmitidas a entidades públicas.*

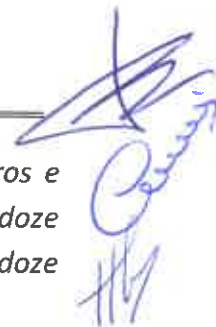
*2. O capital social integralmente realizado em dinheiro e em espécie é de vinte e sete milhões, cento e quarenta e oito mil e cinquenta euros, sendo:*

- a. A quantia de quatrocentos e quarenta e cinco mil e cinquenta euros, em dinheiro;*
- b. A quantia de vinte e seis milhões, setecentos e três mil euros, realizada em espécie (Infraestruturas).*

*3. O capital social é representado por vinte e sete milhões, cento e quarenta e oito mil e cinquenta ações nominativas, com o valor nominal de um euro, cada uma, subscrito e realizado da seguinte forma:*

- a. Município de Freixo De Espada à Cinta, com a quantia de catorze mil e oitocentos euros e Infraestruturas no valor de oitocentos e oitenta e oito mil euros, no total de novecentos e dois mil e oitocentos euros, a que correspondem novecentas e duas mil e oitocentas ações;*
- b. Município de Mesão Frio, com a quantia de dezasseis mil e oitocentos euros e Infraestruturas no valor de um milhão e oito mil euros, no total de um milhão e vinte e quatro mil e oitocentos euros, a que correspondem um milhão vinte e quatro mil e oitocentas ações;*
- c. Município de Murça, com a quantia de vinte e sete mil setecentos e setenta e cinco euros e Infraestruturas no valor de um milhão seiscentos e sessenta e seis mil e quinhentos euros, no total de um milhão seiscentos e noventa e quatro mil duzentos e setenta e cinco euros, a que correspondem um milhão seiscentos e noventa e quatro mil duzentas e setenta e cinco ações;*
- d. Município de Peso Da Régua, com a quantia de setenta e dois mil e quinhentos euros e Infraestruturas no valor de quatro milhões trezentos e cinquenta mil euros, no total de quatro milhões quatrocentos e vinte e dois mil e quinhentos euros, a que correspondem quatro milhões quatrocentas e vinte e duas mil e quinhentas ações;*
- e. Município de Sabrosa, com a quantia de vinte e nove mil novecentos e vinte e cinco euros e Infraestruturas no valor de um milhão setecentos e noventa e cinco mil e quinhentos euros, no total de um milhão oitocentos e vinte e cinco mil quatrocentos e vinte e cinco euros, a que correspondem um milhão oitocentas e vinte e cinco mil quatrocentas e vinte e cinco ações;*
- f. Município de Santa Marta de Penaguião, com a quantia de trinta e dois mil cento e vinte e cinco euros e Infraestruturas no valor de um milhão novecentos e vinte e sete mil e quinhentos euros, no total de um milhão novecentos e cinquenta e nove mil seiscentos e vinte e cinco euros, a que correspondem uma milhão novecentas e cinquenta e nove mil seiscentas e vinte e cinco ações;*
- g. Município de Torre de Moncorvo, com a quantia de trinta e oito mil seiscentos e vinte e cinco euros e Infraestruturas no valor de dois milhões trezentos e dezassete mil e quinhentos euros, no total de dois milhões trezentos e cinquenta e seis mil cento e vinte e cinco euros, a que correspondem dois milhões trezentas e cinquenta e seis mil cento e vinte e cinco ações;*





*h. Município de Vila Real, com a quantia de duzentos e doze mil e quinhentos euros e Infraestruturas no valor de doze milhões setecentos e cinquenta mil euros, no total de doze milhões novecentos e sessenta e dois mil e quinhentos euros, a que correspondem doze milhões novecentas e sessenta e duas mil e quinhentas ações.*

*4. Propor à mesma Assembleia Geral que, nessa sequência, o exato montante da compensação pelas ações a amortizar, porque se consubstancia num efetivo crédito do Município de Vila Real sobre a AdIN, seja internamente, contabilisticamente afetado para reforço das prestações suplementares já hoje detidas pelo Município de Vila Real, em virtude de tal não consubstanciar uma suplementação de participação o capital que falseie a sua sustentabilidade financeira, mas tão só uma reafectação do valor aportado em excesso à sociedade, por ultrapassar a valorização expectável das Infraestruturas da EMARVR aquando da incorporação desta, e apenas como resultado de uma extinção de ações que visa a reformulação da participação acionista no sentido de a fazer coincidir com os acordos estabelecidos aquando da constituição da AdIN entre todos os acionistas, a que acresce o facto do reembolso ficar, não só sujeito às regras legais de intangibilidade do capital social, mas também a deliberação dos acionistas que terá de ser consentânea com a lei aplicável, incluindo o regime do sector empresarial local;*

*5. Realçar à referida Assembleia Geral que esta operação de ajuste das participações sociais da AdIN e, bem assim, do seu Capital Social, ficam pendentes da anuência dos competentes órgãos autárquicos do Município de Vila Real;*

*6. Mandatar o Gabinete Jurídico e Contencioso da AdIN, na pessoa do Dr. Tiago Pereira Fernandes, para representar o Conselho de Administração da AdIN em todos os processos e atos tendentes à concretização deste processo de ajuste das participações sociais da AdIN e, bem assim, do seu Capital Social, aceitando que o mesmo exerça a representação simultânea de todos os acionistas da AdIN para os efeitos aqui propostos, quer na tomada de deliberações, quer na prática de quaisquer atos necessários ao efeito”.*

**Anexa-se parecer do Revisor Oficial de Contas - Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Ld.ª.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a redução do Capital Social do Município de Vila Real na ADIN, conforme proposta aprovada pela Assembleia Geral da empresa em 09/12/2021, nos termos da alínea n) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- *Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município.* -----

----- *Câmara Municipal de Vila Real, 17 de dezembro de 2021».*-----

**ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse:** Convidava o Senhor Presidente da Câmara a usar da palavra na introdução do quarto ponto da ordem de trabalhos. Faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu acho que a questão é sobretudo técnica, está bem explicitada nos documentos que foram distribuídos. Qualquer assunto qualquer questão o Senhor Vereador Carlos Silva. Estou certo que terá todo gosto em responder. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão à Assembleia sobre este quarto ponto para quem quiser usar da palavra. -----

---- Visto que ninguém o quer fazer e presumo que o Senhor Presidente da Câmara também não, passaríamos à votação do quarto ponto. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria** a redução do Capital Social do Município de Vila Real na ADIN – Águas do Interior Norte, E.I.M.

**Apuramento dos Votos:** 39 presenças de 41 membros efetivos

**Contra: 2 votos do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP:** Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote, Ricardo Manuel Ferreira da Costa

**Abstenções: 0 votos**

**A favor: 37 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PS, PSD e Partido CHEGA:**

**Do PS 31;**

**Do PSD:** 5 votos, Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Alina Maria Azevedo Sousa Vaz, Hugo Miguel dos Santos Afonso;

**Do Partido CHEGA:** 1 voto, Luís Daniel Perdigão Simões.

Apresentou Declaração de Voto o Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP):** - No uso da palavra, disse: “Com as devidas reservas face à escassa informação e documentação de suporte que foi partilhada para a fundamentação à deliberação que nos foi solicitada, relativa à redução de Capital Social na ADIN- Águas do Interior Norte, ficou sem resposta a seguinte questão: -----

---- Tendo o Município de Vila Real um crédito a haver de cerca de 4,5Milhões de Euros desta Empresa Intermunicipal, por que razão os munícipes de Vila Real são chamados a financiar (em excesso) esta empresa, beneficiando os demais municípios acionistas e sem qualquer benefício próprio? -----

---- **Interpelou o Senhor Deputado Rodrigo Sá (PS)**, colocando um ponto de Ordem à Mesa, dizendo que: o ponto já foi votado. A Senhora Deputada Joana Rapazote (CDS) está a colocar questões ao Executivo Municipal, dúvidas que terá em relação a esta questão, houve um período próprio para isso e a Senhora Deputada preferiu não o fazer, não tendo direito ao contraditório, colocando questões ao Executivo, que não poderão ser respondidas. -----

---- Parece-me, Senhor Presidente que a Mesa não pode permitir uma declaração de voto que na realidade são questões ao Executivo, que não serviram para esclarecimento desta Assembleia, muito obrigado. (Não se ouve na integra devido, ao facto, que o Senhor Deputado não usou o microfone).-----

---- **Continuou a Senhora Deputada Joana Rapazote (CDS)**, dizendo: Senhor Presidente eu peço-lhe autorização para continuar com a minha declaração de voto, que eu saiba não há limite nenhum formal, que eu coloque no ar, deixe no ar as questões que eu própria, nós próprios, grupo parlamentar do CDS, nos deparamos neste processo. -----

---- O Senhor sabe tão bem como eu que nos foi dado pouco mais de uma semana ou menos para estudar esta documentação. E tivemos que nos pronunciar com base na informação facultada e nos documentos facultados. -----

---- Portanto, Senhor Presidente, eu peço permissão para continuar e agradeço que este tipo de interrupções sobre o direito que cada um tem de exercer livremente a sua declaração de voto, **replicou o Senhor Deputado Rodrigo Sá** dizendo que é igual à sua Senhora Deputada. **Proseguiu a Senhora Deputada Joana Rapazote** dizendo: declaração de voto não seja uma prática recorrente, quer dizer, estou a fazer uma declaração de voto até lhe vou pedir para ler do início a minha declaração de voto porque o sentido para quem nos está assistir... **retorquiu o Senhor Deputado Rodrigo Sá** dizendo: isto é gozar com a Assembleia Municipal e com a Mesa da Assembleia, isto é inadmissível, Senhora Deputada. -----

---- Um Ponto de Ordem à Mesa é uma figura regimental que eu utilizei em nome da Bancada do Partido Socialista chamando atenção do Senhor Presidente para algo que nos parece que não é correto. A Senhora Deputada não tem o direito de o fazer, não tem o direito de dizer livremente aquilo que entender, o período de perguntas já passou, o ponto foi votado, as dúvidas não serão esclarecidas e, portanto, Senhor Presidente, se é mau a declaração de voto da Senhora Deputada seria muito pior termos de ouvir duas vezes. Muito obrigado. ---

---- **Seguiu a Senhora Deputada Joana Rapazote** dizendo: Senhor Presidente, se quiser fazer alguma interrupção para ponderar sobre o assunto, eu agradeço porque eu entendo que tenho direito de ler a minha declaração de voto do início ao fim. Portanto, Estou à espera da sua resolução porque eu acho que tenho esse direito. -----

---- Ninguém foi interrompido na leitura de uma declaração de voto. Senhor Presidente é um assunto que a Mesa terá que resolver. Eu não me lembro de ninguém ter interrompido a declaração de voto de nenhum dos outros membros, não sei porquê isto estar acontecer com a minha declaração de voto, se calhar incomoda o conteúdo dela e, certamente, o Deputado Rodrigo Sá não se contém naquilo que é a minha declaração de voto, lamento, mas tenho o direito a fazê-la. -----

---- Senhor Presidente dê-me permissão para eu retomar a palavra e reler do início a minha declaração de voto. -----

---- **Respondeu o Senhor Presidente da Mesa**, dizendo: Senhora Deputada, visto o assunto realmente ter sido discutido, eu só lhe pedia uma coisa, que fosse breve para terminar a sua declaração de voto. -----

---- Senhora Deputada Joana Rapazote disse: com certeza, agradeceu e começou a leitura no início da declaração de voto: -----

*“Com as devidas reservas face à escassa informação e documentação de suporte que foi partilhada para a fundamentação à deliberação que nos foi solicitada, relativa à redução de Capital Social na ADIN- Águas do Interior Norte, ficou sem resposta a seguinte questão: -----*

*---- Tendo o Município de Vila Real um crédito a haver de cerca de 4,5Milhões de Euros desta Empresa Intermunicipal, por que razão os municípios de Vila Real são chamados a financiar (em excesso) esta empresa, beneficiando os demais municípios acionistas e sem qualquer benefício próprio? -----*

*---Havendo a necessidade de manter as quotas dos acionistas da ADIN nas percentagens previstas inicialmente, vislumbrámos 1 de 2 opções com sendo as mais sensatas e adequadas: -----*

*- Os restantes municípios acionistas fazem suprimentos para acompanhar na proporção da sua participação nesta sociedade a prestação suplementar que o Município de Vila Real fez (por força da valorização da EMARVR) e nesse caso não se faz a redução do capital social, ou, -----*

*- Em alternativa os 4,5 Milhões de EUR em crédito são efectivamente amortizados e devolvidos ao Município de Vila Real. -----*

*---- Certamente que todos estamos conscientes da importância desta verba (4,5 Milhões de Euros) para os investimentos a realizar directamente em prol dos interesses do Município de Vila Real e dos Vilarrealenses, e todos conseguimos identificar diferentes destinos possíveis para esse dinheiro. -----*

*---- A título de comparação, esta verba permitiria reduzir em cerca de 1/3 o valor do empréstimo para a construção do complexo do Codessais e conseqüentemente, aliviar o encargo com dívida e a capacidade de endividamento do Município”. Muito obrigado. -----*

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou ao Senhor Presidente se queria acrescentar algo. Faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu só arrematava com uma questão. Eu acho que o medo do contraditório porque a ignorância é atrevida, implica em regra, uma cobardia política que eu abomino. -----

---- Eu julgo que isso não honra os Transmontanos e os Durienses. É a única coisa que quero dizer aqui. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Vamos passar à discussão do,

**QUINTO PONTO**

Aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Equipamentos (ARU-E) nos termos do nº 1 do artigo 13º do Decreto-lei nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto que o republica como anexo, conjugado com a alínea r) do

n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 20 de dezembro de 2021).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal.

----- «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20/12/2021, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

----- **ASSUNTO:** - *Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Equipamentos (ARU– E)*

– Presente à reunião informação da Chefe dos Serviços de Planeamento e Mobilidade do seguinte teor:

### **1. Introdução**

*Considerando que a Reabilitação Urbana é hoje inequivocamente uma das componentes indispensáveis ao estabelecimento de atividades urbanas condignas, e à reconversão dos espaços edificado e espaço público existentes nas cidades, o município de Vila Real vem tendo uma atitude pró-ativa neste desígnio ao criar ARU's identificadas para zonas urbanas que carecem de melhores condições de salubridade e que acompanhem os novos desafios do século XXI.*

*De acordo com informação disponibilizada na página web do IHRU, IP: "A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal."*

*Neste contexto, pretende-se criar uma nova Área de Reabilitação Urbana de Equipamentos (ARU-E), para a zona delimitada no Mapa 1 (ver página seguinte).*

### **2. Enquadramento Legal**

*O Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 outubro, estabeleceu o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, tendo-se constituído como um documento fulcral para dar destaque a uma atividade que se pretendia consistente no espaço e no tempo. Na prossecução deste objetivo, surge a Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, contabilizando a 1.ª alteração ao Decreto-lei n.º 307/2009, tendo desencadeado em simultâneo a alteração do Código civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, por forma a permitir dinamizar a reabilitação urbana.*

Assim, com a publicação da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, novos instrumentos são criados e uma nova dinâmica é associada à Reabilitação urbana. Destaca-se, das alterações que foram concretizadas através da referida Lei, a tentativa de desencadear processos de reabilitação com regras e procedimentos mais flexíveis para a criação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU).

Mapa 1 – Delimitação da ARU-E. Sem escala.



### 3. Justificação da delimitação da ARU-E



A proposta da ARU-E, apresentada no Mapa 1 anterior, teve por base a delimitação das áreas correspondentes aos edifícios de equipamentos, áreas de espaço verde e espaço público adjacentes, enquadrando entre outros, o Centro de Saúde – Unidade Familiar do Corgo, a Escola do 2.º e 3.º ciclo Diogo Cão, Edifícios da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), até aos limites do Parque Corgo, Parque Florestal e Parque de Campismo.

A diversidade de equipamentos existente no local, sendo alguns enquadrados por espaços verdes públicos que carecem, também, de reabilitação, fez com que a delimitação desta ARU-E não se tenha constituído como um exercício complexo, tendo sido possível excluir edifícios com usos habitacionais. Isto permitirá focar e dirigir as ações da ARU-E para o uso a que se referem os equipamentos, sendo eles públicos ou privados de uso público.

#### 4. Proposta / Conclusão

Considerando o exposto nos pontos anteriores propõe-se:

- Aprovar a criação e a Delimitação Proposta da ARU-E;
- Submeter esta proposta à Reunião da Câmara Municipal para aprovação.

**Anexos:** Memória Descritiva e Justificativa da ARU-E”.

Em 16/12/2021 o **Diretor do DPGT** emitiu o seguinte parecer:

“Ao Sr. Vereador

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal a aprovação da delimitação da ARU-E anexa.

Após a aprovação pela Assembleia Municipal deverão ser desencadeados os seguintes procedimentos:

1. Publicação em Diário da República;
2. Envio do processo ao IHRU.IP;
3. Divulgação na página eletrónica do Município da delimitação da ARU-E”.

Em 16/12/2021 o **Vereador Adriano de Sousa** emitiu o seguinte Despacho:

“Concordo. Envie-se à reunião para aprovação e procedimentos subsequentes”.

----- DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Equipamentos (ARU-E) nos termos do nº 1 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei nº32/2012, de 14 de agosto que o republica como anexo, conjugado com a alínea r) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 20 de dezembro de 2021».-----



**ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse: Senhor Presidente da Câmara se quiser e pretender fazer a introdução deste quinto ponto da ordem de trabalhos. Faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Esta também é uma questão técnica. Centra-se numa ARU específica e direcionada para equipamentos. -----

---- Permitirá que em condições vantajosas, por exemplo, o CIFOP possa vir a ser reabilitado, aproveitando agora as verbas do PRR. Eu acho que isso é de enorme relevância para a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, como se sabe, quer transformar aquilo em residências para estudantes. -----

---- Permite também, que o Pavilhão dito da Diogo Cão, é assim que o conhecemos, beneficie de fundos comunitários. -----

---- Permite em último caso, verificaremos depois em concreto, que, por exemplo, a vinda do Centro de Saúde, o edifício no âmbito da delegação de competências para a Câmara Municipal, possa vir a ser intervencionado com fundos comunitários. -----

---- E, portanto, eu julgo que é de aprovar esta proposta, a fundamentação é clara, é explícita e demonstra que conseguimos, atempadamente, antever o futuro. -----

---- É exatamente este exercício que a criação desta área de reabilitação urbana permite. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão à Assembleia. Faça o favor Senhora Deputada. -----

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Permita-me Senhor Presidente, não é cobardia nem ignorância, é simplesmente a gestão do tempo, Senhor Presidente. Eu tenho que gerir o tempo que tenho, portanto tenho um conjunto de intervenções programadas e, portanto, tenho que gerir o tempo que tenho disponível para o efeito, e faço-o como eu entendo, que ainda tenho esse direito de usar estes documentos de gestão que me estão ao dispor. **Interpelou o Senhor Presidente da Mesa**, dizendo: faça o favor, apresente então. -----

---- **Continuou a Senhora Deputada Joana Rapazote**, *“O CDS congratula-se com as iniciativas que visam a Reabilitação Urbana de Vila Real, consideramos da máxima importância a requalificação e dinamização das diferentes áreas da cidade.* -----

---- *Exmos. Srs. Deputados, a título de enquadramento, permitam-me lembrar que “Por área de reabilitação urbana, designa-se a área territorialmente delimitada que, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.”* -----

---- *Ora, Exmos. Srs., uma vez que não foi partilhada a memória descritiva ou justificativa para a constituição da ARU-E e sendo a informação escassa e vaga passemos às questões fundamentais que carecem de resposta:* -----

- *Quais as principais potencialidades e desafios identificados para a criação desta ARU? -----*
- *Quais as necessidades identificadas e quais os objectivos traçados para esta ARU? --*
- *Quais os critérios utilizados para determinar os limites da ARU? -----*
- *Há alguma razão que justifique a não inclusão (nesta ARU) da zona do Codessais, onde se prevê, no curto prazo, realizar obras de requalificação e tão avultados investimentos, precisamente no Novo Complexo de Piscinas? -----*
- *Por que razão foi excluída a área contígua à delimitação proposta para a ARU- Equipamentos onde se encontram os equipamentos públicos do Teatro Municipal e das residências Além-Rio? (assinalados precisamente como tal no PDM)? -----*

*--- Estas e outras questões devem ser esclarecidas em nome da utilidade, adequação e transparência dos instrumentos de ordenamento e gestão do território que se pretendem adoptar". -----*

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente é só para manifestar a minha solidariedade consigo porque este Executivo, quer no ponto anterior, quer neste demonstrou vontade, disponibilidade para responder a todas as questões que os Senhores Deputados entendessem. -----

--- Esta forma reiterada que eu digo e volto afirmar, sendo a ignorância atrevida, sendo a cobardia política uma prática constante e sendo esta forma reiterada de desrespeito a esta Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente. -----

--- Eu quero aqui manifestar a minha solidariedade pessoal e institucional para com esta falta de respeito e para com esta prática que não honra esta Assembleia e não honra os Transmontanos e Durienses, que em regra são diretos objetivos. -----

--- Talvez o facto não ser Transmontana e Duriense possa justificar muitas coisas. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e colocou o quinto ponto à votação. Faça o favor Senhora Deputada. -----

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Senhor Presidente da Câmara, ainda estamos no período de discussão, não sei se o Senhor Presidente da Câmara se apercebeu. -----

--- Portanto, tem oportunidade de responder ao conjunto de questões que foram colocadas pelo CDS em relação a esta área de reabilitação urbana, nomeadamente porque esta área não abrange o Codessais, porque não abrange os outros equipamentos onde há uma continuidade do território, eles até estão assinalados no próprio PDM, como sendo....

--- **Interpelou o Senhor Presidente da Mesa** dizendo: Senhora Deputada já foi dito,

**continuou a Senhora Deputada Joana Rapazote**, ó Senhor Presidente. eu estou no uso do meu tempo, eu tenho direito de fazer e refazer as minhas perguntas, se o Senhor Presidente me permitir, se o Senhor Presidente não permitir... -----

---- **Respondeu o Senhor Presidente**, sim, faça o favor. -----

---- **Continuou a Senhora Deputada Joana Rapazote**, dizendo: agradecia, Senhor Presidente, tem essa oportunidade, se calhar não tinha percebido, isto não é uma declaração de voto, é uma intervenção no âmbito da discussão, agradeço resposta. -----

---- Nesta delimitação desta área não estão incluídos os equipamentos, não está estendida a área adjacente do Teatro, do Codessais e das Residências Além – Rio, parece-me que faz sentido, que faria sentido e eu gostava de perceber o porquê desta ausência. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Depois de manifestar esta minha solidariedade inequívoca, com esta falta de respeito reiterada por parte da Senhora Deputada Municipal Joana Rapazote, talvez esta falta de prática democrática venha de longe e talvez outros fatores justifiquem. Eu não quero aqui agora alongar-me, eu passava a palavra ao Senhor Vereador Adriano Sousa que pode, com certeza, e com todo o gosto e de forma óbvia e clara dar algumas explicações à Senhora Deputada. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Eu serei breve nesta abordagem até porque eu vou colocar as questões neste ponto. -----

---- Conforme a Senhora Deputada diz que seria óbvio a expansão da ARU para outros espaços, eu digo que, essa expansão é totalmente desaconselhável, até porque uma ARU tem que ter alguma coerência e tem que ter alguma contenção no seu espaço territorial. ---- E, de facto, aquilo que poderia acontecer e nós estamos a expandir a ARU para outros espaços e que viria até a este Teatro, seria quase que dizer que se calhar muitas das outras coisas seria consubstanciada da ARU, acabaria por não se fazer, porque, de facto, era uma área bastante grande para se poder fazer uma ARU em condições. -----

---- Portanto, esta ARU tem coerência, tem o espaço delimitado e abrange os equipamentos que nós consideramos essenciais para uma possível recuperação. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente se quiser complementar, faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Sim, Senhor Presidente. Eu julgo que, por esta ordem de ideias, nós poderíamos transformar o concelho todo numa ARU. -----

---- Já agora, este Teatro Municipal tem treze anos, é muito difícil justificar à luz dos conceitos de urbanismo, que um equipamento com treze ou catorze anos necessite já, de uma recuperação. Só se ele foi muito mal feito e assim sucessivamente. -----

---- A construção de raiz de umas piscinas é difícil explicar que são uma recuperação. Eu acho que há coisas que são tão óbvias e tão claras que, como digo, até me custa que em função do ataque político-partidário não se queiram entender à primeira. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Vamos passar finalmente à votação deste quinto ponto. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Equipamentos (ARU-E)**

**Apuramento dos Votos:** 39 presenças de 41 membros efetivos

**Contra: 0 votos**

**Abstenções: 2 votos do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP:** Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote, Ricardo Manuel Ferreira da Costa

**A favor: 37 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PS, PSD e Partido CHEGA:**

**Do PS 31;**

**Do PSD:** 5 votos, Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Alina Maria Azevedo Sousa Vaz, Hugo Miguel dos Santos Afonso;

**Do Partido CHEGA:** 1 voto, Luís Daniel Perdigão Simões.

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Vamos passar à discussão do,

**SEXTO PONTO**

Aprovar a designação do Fiscal Único da Vila Real Social, EM., SA, nos termos do nº 3 do artigo 26º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com a alínea n) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 20 de dezembro de 2021**).

**Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal.**

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20/12/2021, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

-----**ASSUNTO: - Designação do Fiscal Único para a Vila Real Social, EM, SA.**-----

----- **1. - Presente à reunião informação do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, sobre a adjudicação do procedimento de Consulta Prévia referente à seleção do Fiscal Único da Empresa Municipal Vila Real Social, EM, SA, do seguinte teor:**

“Com referência aos elementos abaixo discriminados e em cumprimento do disposto nos artigos 125.º do Código dos Contratos Públicos à redação atual.

<b>1. Referência do Procedimento:</b>
CMVR-30144/NIPG/S/21
<b>2. Designação do Objeto do Procedimento:</b>
Prestação de serviços de Fiscal Único para a Vila Real Social, EM., SA.
<b>3. Órgão competente para a decisão de contratar:</b>
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real.
<b>4. Data da Deliberação para a Decisão de Contratar:</b>
14 de dezembro de 2021
<b>5. Data da Designação do Júri do Procedimento</b>
14 de dezembro de 2021
<b>6. Preço Base S/ IVA:</b>
15.000,00 € (quinze mil euros)
<b>7. Prazo de Duração da Aquisição de Serviços</b>
Exercícios económicos de 2021, 2022 e 2023
<b>8. Entidades convidadas:</b>
<b>Entidades</b>
Ivo Marcelo Duarte Figueira Matos de Araújo
C&R Ribas Pacheco, SROC
António Dias   ROC

<b>9. Entidades que apresentaram proposta e sua admissão ou exclusão:</b>			
<b>Entidades</b>	<b>Valor</b>	<b>Prazo</b>	<b>Admissão/Exclusão</b>
Marcelo Duarte Figueira Matos de Araújo	14.950,00€	Exercício económico 2021, 2022 e 2023	Admitida

C&R Ribas Pacheco, SROC	11.700,00€	Exercício económico 2021, 2022 e 2023	Admitida
António Dias   ROC Anjos & Associados SROC, Lda.,	14.040,00€	Exercício económico 2021, 2022 e 2023	Admitida

**10. Audiência Prévia**

Nos termos do artigo 125.º do CCP, aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, à sua redação atual, não há lugar a audiência prévia.

**11. Proposta de Adjudicação**

Entidade	Valor s/IVA
<b>C&amp;R Ribas Pacheco, SROC</b> NIF: 502090480 Email: <a href="mailto:rrp@cr-sroc.pt">rrp@cr-sroc.pt</a> Edifício Bristol Avenida da Boavista, n.º 1681, 2.º andar, Sala 2.4 4100-132 Porto   Portugal Tel: 226 005 318   226 005 328	11.700,00€

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Real emitiu o seguinte Despacho em 20/12/2021: “Adjudique-se e submeta-se à reunião da Câmara Municipal a aprovação do Fiscal Único proposto na informação do Diretor do DAF”.

----- DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a designação do Fiscal Único C&R Ribas Pacheco, SROC, para a empresa municipal Vila Real Social, EM, SA, nos termos do nº3 do artigo 26º da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, conjugado com a alínea n) do n.º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município.

----- Câmara Municipal de Vila Real, 20 de dezembro de 2021».

**ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse:** Senhor Presidente faça o favor neste último ponto, para fazer introdução à sua discussão.



----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Esta é uma questão processual. Julgo que é clara, resulta de um concurso e qualquer questão estaremos disponíveis para responder. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão à Assembleia sobre este sexto ponto para quem quiser usar da palavra. -----

---- Senhora Deputada Joana Rapazote faça o favor. -----

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: *“Entre as opções apresentadas para a designação do fiscal único a opção indicada é a menos onerosa e, por conseguinte, aparentemente a mais vantajosa, no entanto, na ótica do CDS este é um custo que poderia e devia ser evitado, porque importa resolver a questão de fundo: ---- - Qual a razão da existência da Vila Real Social, porque não traz vantagens para os cidadãos nem para os cofres do Município, uma vez que as tarefas que a empresa municipal executa podem e devem ser asseguradas diretamente pelos serviços municipais, tal como defendemos e justificámos no ponto 2 da Ordem de trabalhos”.* -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Passaria a palavra ao Senhor Presidente para a conclusão deste ponto.

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Esta é a posição de sempre do CDS, é a posição contra os mais pobres, contra os mais frágeis, contra os Vila-realenses que realmente necessitam de apoio e de um apoio ágil, rápido e permanente.

---- Esta é a forma que o CDS tem de demonstrar o quanto detesta que Vila Real tenha um instrumento capaz de servir os que mais necessitam dessa forma ágil e rápida, como aqui explicitarei. -----

---- Já percebemos que esta é uma vontade que vem de longe, esta é uma realidade que vem de muito longe, dos primórdios, talvez, de algum CDS-PP, eu aliás, direi que não é tanto o CDS é mais do PP. -----

---- Lamentamos, registamos, quando o CDS ganhar eleições poderá com certeza extinguir a Vila Real Social. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e concedeu a palavra à Senhora Deputada Joana Rapazote. -----

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Ó Senhor Presidente, os números são claros. Por cada dois euros de renda que a Vila Real Social cobra, um euro é gasto para pagar o salário de quem processa e de quem trabalha isto, os números são claros estão no relatório de contas. -----

---- Senhor Presidente a Vila Real Social gasta cinquenta mil euros para a manutenção dos bairros sociais, retirando as obras e quarenta e dois mil praticamente o mesmo para

apenas a empresa funcionar. Ou seja, o apoio aos mais pobres que o Senhor quer está a ser consumido no funcionamento da empresa e a pagar salários na Vila Real Social. -----

---- Ao contrário, o que o Senhor tentou aqui justificar não é nada verdade, não corresponde minimamente à verdade daquilo que o Senhor está a dizer. -----

---- Além de que também Senhor Presidente, parece que nos sugeriu aqui que os serviços municipais não são o suficientemente competentes para assegurar estas competências, estas funções, estas responsabilidades. -----

---- É óbvio que, se em cada dois euros de renda, um destina-se só a pagar pessoal para cobrar essa renda, onde é que está a racionalidade económica, onde é que está o ganho, onde é que está a devolução disto, precisamente, àqueles que deveriam ser apoiados aos mais pobres? -----

---- Dois euros de renda cobrados, um para pagar salários diretos só para as cobrar, quase que mais vale não cobrar essas rendas, Senhor Presidente. Gastar tanto em gerir seis bairros sociais, a manutenção de seis bairros sociais, como funciona a empresa que vai cobrar essas rendas, eu acho que é um atentado. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor de concluir. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Já percebemos que a vontade da Senhora Deputada Joana Rapazote não é só prejudicar as pessoas que vivem nos bairros sociais e que precisam do apoio da Vila Real Social, dos seus trabalhadores que lhes prestam um conjunto enorme de serviços e de acompanhamento, como ainda quer despedir os trabalhadores da Vila Real Social porque acha que são um custo, que não se justifica. -----

---- É esse o seu objetivo. Mas olhe, tenha a certeza absoluta que mais depressa se extinguirá o CDS, e as próximas eleições demonstrarão, do que extinguirá a Vila Real Social. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e concedeu a palavra à Senhora Deputada Joana Rapazote. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Senhor Presidente da Câmara, nós defendemos efetivamente, ao longo dos anos, a extinção das Empresas Municipais porque entendemos que a Câmara Municipal tem capacidade para assegurar estes serviços e é por isso que nós propomos, por uma questão de racionalidade, transparência, efeito escala. A EMAR já desapareceu por fusão, já desapareceu. Antes disso já desapareceram outras. -----

----A verdade é que a pouco e pouco elas têm vindo a desaparecer, as Empresas Municipais têm vindo a desaparecer. -----

---- Quanto aos funcionários, Senhor Presidente, eu não desejo que ninguém vá para o

desemprego, esses funcionários estarão certamente e serão certamente conduzidos para os serviços municipais, onde poderão prestar esses serviços entre outros. -----

---- Poderemos dispensar outro tipo de despesas com assessorias externas, com fiscais únicos, com contabilidades à parte, com mais cargos de gestão. Esses todos sim, que não trazem mais nenhuma vantagem para aqueles que o Senhor diz querer ajudar, mas que na prática, na verdade não quer, os mais pobres ou aqueles que necessitam da habitação social. -----

---- Defendemos uma política de habitação social, mas vocacionada para eles, não é gastar por cada dois euros, um em salários Senhor Presidente, não é por aí. Muito obrigada. ----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Sim a Senhora Deputada Joana Rapazote tem razão, houve empresas que foram extintas e mal. Por exemplo, a Culturval foi extinta e mal, foi extinta porque vocês quiseram ir para além da troika e criaram condicionalismos, constrangimentos desnecessários, aplicação de uma política aprofundada e correta na área cultural, que não implicava mais despesa no Concelho de Vila Real. -----

---- Impediu, por exemplo, que fizessem candidaturas porque desapareceu a Culturval. Os funcionários foram internalizados, tiveram que se criar chefias porque os funcionários precisam de ser, nalguns casos, incorporados numa estrutura, tiveram que se criar divisões, teve que se criar estruturas. -----

---- A poupança não foi nenhuma e os constrangimentos são imensos porque a agilidade perdeu-se. -----

---- Eu vejo com espanto que a Senhora Deputada, ao contrário do que dizem os seus Presidentes de Câmara, eleitos pelo CDS, venha aqui defender aquilo que, de facto, é o seu espírito inicial, que é o da troika em Vila Real, acabar com as empresas, despedir pessoas, diminuir salários, prejudicar aqueles que mais necessitam. -----

---- Essa é a génese do PP, não seria a génese do CDS. -----

---- Tenho muita pena que a Senhora Deputada, tendo um interregno de quatro anos nesta Assembleia Municipal, não tenha vindo com novas ideias, mantenha as ideias ainda da troika e do período malfadado da troika. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Vamos passar finalmente à votação deste ponto. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria a designação do Fiscal Único da Vila Real Social, EM., SA**

**Apuramento dos Votos:** 39 presenças de 41 membros efetivos

**Contra: 0 votos**

**Abstenções: 2 votos do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP:** Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote, Ricardo Manuel Ferreira da Costa

**A favor: 37 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PS, PSD e Partido CHEGA:**

**Do PS 31;**

**Do PSD:** 5 votos, Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Alina Maria Azevedo Sousa Vaz, Hugo Miguel dos Santos Afonso;

**Do Partido CHEGA:** 1 voto, Luís Daniel Perdigão Simões.

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente mesmo antes de terminar esta possibilidade de falar aos Vila-realenses durante este ano, permita-me só que volte a desejar a todos um excelente ano de dois mil e vinte e dois, sobretudo cuidem-se, tenham cuidado com a saúde, o Covid não desapareceu e só respeitando as diretivas da Direção Nacional de Saúde e respeitando-nos uns aos outros é que podemos ganhar a este inimigo invisível que se chama Covid-19. -----

---- Um grande ano de dois mil e vinte e dois para todos, para aqueles que estão aqui nesta sala, mas também para todos os que nos acompanham lá em casa. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: No final desta Assembleia, por tudo o que foi dito, aprendemos sempre algo, muito obrigado por todos. Faça o favor Senhor Deputado Luís Daniel. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL LUÍS DANIEL SIMÕES (Partido CHEGA)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, eu vinha aqui para fazer a defesa de honra, se for permitida fazer. **Interpelou o Senhor Presidente da Mesa**, defesa de honra? Defesa de honra em relação a quê? **Continuou o Senhor Deputado**, dizendo que, em relação ao que o Senhor Deputado Rodrigo Sá disse. Disse que eu envergonhei esta Assembleia, correto? Agora, a minha questão é, será que envergonhei esta Assembleia por evocar e defender a Constituição? Será que envergonhei esta Assembleia por defender que os portugueses não fiquem à porta por falta de um teste? Eu acho que isto não é envergonhar a Assembleia, eu acho que isto é defender a Assembleia e os direitos que os cidadãos têm da Assembleia. -----

---- **Perguntou o Senhor Presidente da Mesa**, está dito? **Respondeu o Senhor Deputado**, está dito. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu penso que a resposta cabe a mim dá-la. -----

---- Em primeiro lugar e é factual, não ficou ninguém de Vila Real à porta por assistir a esta Assembleia, este é o primeiro facto. -----

---- Em segundo lugar tenho a dizer que viria a esta Assembleia quem o quisesse, desde de que apresentasse o certificado digital de vacinação e fosse respeitada a distância entre os Deputados desta Assembleia, assim foi feito, assim se realizou. -----

### APÓS A ORDEM DO DIA

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Relativamente àquilo que foi dito aqui, estava eu a dizer, e assim retomo a minha charla, é que, apesar de tudo que se falou aqui, aprendi e aprendo sempre, isto não é uma questão de humildade, aprendo sempre com aquilo que é dito, toda a opinião é audível, toda a opinião é aceitável. -----

---- Retomo aquilo que disse no início desta Assembleia, tudo é discutível. Agora, os resultados do Covid no nosso País, que mantém e temos orgulho nisso e devemos ter esse orgulho porque faz parte da contribuição de cada um de nós é dos melhores parâmetros a nível mundial e isso deve-se a três premissas: -----

. Primeiro: ao empenhamento e à qualidade do Sistema Nacional de Saúde Português;

. Segundo: à capacidade de resiliência, à capacidade de motivação, à capacidade de sofrimento, à capacidade de confiança do povo português; -----

. Terceiro: os resultados fabulosos que temos em relação ao Covid são também devidos à testagem e à capacidade de vacinação. Sem testagem e sem capacidade de vacinação que é factual, é que toda a gente o defende, todos os cientistas desde a Austrália até à Noruega é essa capacidade de testagem. -----

---- E para uma pessoa se submeter à testagem e à vacinação é um facto indiscutível de cidadania, de civismo, de altruísmo. -----

---- Estarei à disposição de qualquer um desta sala, se assim o pretender, e não querendo alongar-me mais e, apesar de não ser a minha especialidade, ter uma conversa versus discussão sobre este tema de Covid-19. -----

---- Tenho por hábito, e assim fui educado, falar daquilo que sei, falar daquilo que mais ou menos domino. E, sobre este aspeto, eu termino. -----

---- Relativamente àquilo que aprendo sempre, seja em que assunto for, nem que seja um assunto que a minha consciência me diga que não deve ser valorizado eu quero partilhar convosco, nesta altura natalícia, que não é por ser natal, que nós vamos ser todos bons e que vai ser tudo “cor de rosa”. Eu vou partilhar convosco uma máxima da minha vida, uma máxima que me tem segurado muitas vezes na minha vida e que mais uma vez hoje me seguiu. Agradeço às pessoas que falaram inclusivamente a meu respeito, muito, muito obrigado por essa solidariedade, muito obrigado por uma palavra que para mim é de ouro e é cara, a Amizade, muito obrigada mais uma vez digo. -----

---- Então eu partilho convosco um princípio de vida, é discutível eu estar a dizer isto aqui, é discutível aceito, passamos três horas a ouvir as pessoas falar, deixai-me falar durante dois minutos, então vou partilhar convosco, também é discutível aquilo que eu

vou dizer: “a lei de ouro do comportamento é a tolerância mútua, já que nunca pensaremos todos da mesma maneira, já que nunca veremos se não uma parte da verdade e sobre ângulos diversos”. -----

---- Minhas senhoras e Meus Senhores, a todos vós, extensível à plateia muito obrigado, desculpem algum inconveniente durante o decorrer desta Assembleia que contudo o processo foi muito positivo. E, mais uma vez, me congratulo com o desenrolar destes trabalhos. -----

---- A todos vós aqui presentes, a todos vós em vossas casas a continuação de votos de festas felizes na companhia daqueles que vos são mais queridos. Tenham muita força, tenham muita coragem, tenham muita motivação. -----

---- Este inimigo o Covid-19 é um inimigo duro, não há livro de instruções sobre ele, por isso todos podem dizer o que quiserem (mais ou menos), mas há factos científicos que nos levam a acreditar que o seu fim está para breve. -----

----Força Vila-realenses, o futuro é nosso, o futuro é de vitória contra este inimigo terrível. Muito boa noite a todos, bom regresso a vossas casas, votos de boas festas desta Mesa da Assembleia Municipal. -----

---- Não há solicitações para o período após a ordem do dia. -----

---- Concluídos os assuntos desta Assembleia, anuncio a leitura da **minuta da Ata da Sessão Ordinária** pelo Senhor Primeiro Secretário, a qual, após votação, **foi aprovada por maioria com trinta e oito votos a favor, uma abstenção do Partido CHEGA e zero votos contra.** -----

---- Senhoras e Senhores Deputados como é Natal temos no átrio deste teatro, para comemarmos esta época natalícia, de uma forma, com as devidas precauções, têm à vossa disposição, quem o quiser, visto toda a gente estar vacinada nesta sala e a maior parte ter testado negativo, têm lá fora um Porto Honra extensível também às pessoas que estão no balcão e também a todos os jornalistas aqui presentes e todo o staff, todas as pessoas que este teatro alberga, quem assim o pretender, temos todo o prazer de beber um Porto Honra, com todos os cuidados inerentes ao facto. -----

#### ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

---- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram zero horas e trinta minutos do dia vinte e oito de dois mil e vinte e um. -----

---- A presente ata vai ser assinada, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do artigo 79º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real, aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Junho de dois mil e dezoito. -----

O PRESIDENTE

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

A SEGUNDA SECRETÁRIA

*João Manuel Soares Loureiro*  
*Henrique de Melo Magalhães*  
*Daniela de Fátima Gonçalves Domingos Pereira*